



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

ALESSANDRAH CHRISTINY MAIA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA: UMA ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO
CONSTRUINDO O BRASIL (1970)**

Marabá

2023

ALESSANDRAH CHRISTINY MAIA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA: UMA ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO
CONSTRUINDO O BRASIL (1970)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como exigência parcial para obtenção de título como pedagoga com diplomação de graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia da Faculdade de Ciências da Educação (FACED), do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste de Pará (UNIFESSPA), campus de Marabá.

Orientador: Prof. Dr. Davison Hugo Rocha Alves.

Data da defesa: ____ / ____ / 2023

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Davison Hugo Rocha Alves (ICH/FACED/UNIFESSPA) - Orientador

Prof. Dr. Tiese Teixeira Rodrigues Júnior (ICH/FACED/UNIFESSPA) – membro interno

Prof. Me. Paulo Sérgio da Costa Soares (PPHIST/UFPA) – membro externo

Marabá-PA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares

S237e Santos, Alessandrah Christiny Maia dos
Educação moral e cívica: uma análise do livro didático construindo o Brasil
(1970) / Alessandrah Christiny Maia dos Santos. — 2023.
77 f. : il. color.

Orientador (a): Davison Hugo Rocha Alves.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do
Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências
Humanas, Faculdade de Ciências da Educação, Curso de Licenciatura Plena
em Pedagogia, Marabá, 2023.

1. Educação moral e cívica (Secundário). 2. Educação moral e cívica
(Primário). 3. Livros didáticos. 4. Governo militar - Brasil - Educação. 5.
Governo militar – História - Brasil. 6. Ensino. I. Alves, Davison Hugo Rocha,
orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 371.832

Elaborado por Miriam Alves de Oliveira – CRB2/583

Dedico esta monografia a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que eu conseguisse produzir este TCC e torná-lo possível. Passei por diversas situações que sem o apoio de vocês não conseguiria. Dedico aos meus pais por não me deixarem desistir mesmo sabendo que as dificuldades eram maiores que minhas forças e, também, dedico à minha filha por ser meu pequeno raio de sol e minha maior fã, o motivo de eu nunca desistir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por permitir que eu chegue a esta etapa da minha vida, quando a morte era uma opção ele me deu forças para prosseguir e me dignificar na proporção dos meus esforços.

Agradeço ao meu orientador Davison Alves que fez com que eu me descobrisse como pesquisadora, sempre estudei em escola pública e na maior parte da minha vida escolar não tinha professores, então, entrei na universidade pensando em pegar o diploma e me “conformar” com a profissão que eu escolheria. O senhor mostrou-me uma visão além do conformismo, me fazendo perceber que somos personagens históricos e que fazemos a diferença na sociedade em cada decisão que tomamos, me fez perceber que somos relevantes e resistentes. Obrigada por me dar a oportunidade de me descobrir quanto pesquisadora, de me lançar em desafios que jamais imaginei conseguir, de segurar minha mão e me mostrar que a sala de aula é transformadora, pois devemos ser críticos e está atento e forte afinal de contas quem viver verá.

Agradeço aos meus professores da Universidade que me ensinaram a ser mais humana, e a entender que sim, uma andorinha faz verão. Obrigada ao professor Tiese Teixeira que em tão pouco tempo nos abraçou e nos ensinou o amor, o respeito e a empatia e juntou nossos caquinhos em cada aula, obrigada por ser um amigo, uma luz. Obrigada à professora Lucélia Cavalcante que nos mostrou que sim, podemos fazer a diferença e ocupar diversos espaços na sociedade com graça e elegância, obrigada por toda a ajuda emocional e por todo conhecimento compartilhado, uma amiga, para todas as horas. Obrigada ao professor Walber Christiano que me mostrou um lado da vida leve, descontraído e sempre me apoiou nas minhas decisões inclusive nas acadêmicas, me orientando e sempre cuidando. Obrigada à professora Hildete dos Anjos e o seu conhecimento extraordinário sobretudo, um ser de luz paciente, amoroso e extrovertido como uma mãe. Obrigada à professora Letícia Pantoja que me ensinou que por maiores que sejam os obstáculos não precisamos nos desesperar, é só respirar e ir. Obrigada à professora Silvana Lourinho que é uma eterna criança, uma figura para entrar para a história, uma mulher que até nas situações ruins enxerga o bom. Obrigada à professora Terezinha Cavalcante por ensinar a me impor e resistir as violências por mais simbólicas que sejam. Vocês deixaram suas marcas em mim e eu levarei o conhecimento que me proporcionaram para onde quer que eu vá.

Agradeço à minha família que me apoiou durante toda essa jornada que não foi fácil, eu sei que meus pais sonharam uma vida promissora para mim quando entrei na universidade (a primeira da família a conseguir). Obrigada paizinho, Alexandre Beckman, por nunca soltar

minha mão e estar comigo em todos os momentos mesmo, quando não merecia e obrigada mãe, Talita Maia por me ensinar a ser forte em todos os momentos e a me ensinar a reconhecer meus erros em todas as situações, e obrigada especialmente à minha filhinha Liah Marina que é a pessoa mais incrível que eu já conheci, que adora dizer que “me ama o tempo todo” e o quanto eu consigo em situações que eu acho que não irei conseguir. Agradeço aos amigos que foram os melhores, Gabriela Marshall, Naiana Gabriela, Silvano Oliveira, Davi Aquino, Anderson Aguiar, Jeane Lima, Ana Tereza e Ana Carolina, vocês são os melhores amigos que eu pude ter, obrigada por tudo, vocês me ajudaram muito a superar os medos que me assombravam, principalmente nas questões emocionais e quando pensei que não iria sair do fundo do poço, cada um de vocês contribuiu de forma única e especial nos meus piores momentos e a vocês, sou grata!

Gostaria de agradecer à minha querida chefinha Lúgia Viana por me incentivar até no trabalho, se não fosse a empatia da senhora eu não conseguiria entregar no prazo determinado este como os demais trabalhos acadêmicos, você é ser tão doce, gentil que sempre visou só o melhor das situações que passamos e gostaria de agradecer à minha amiga de trabalho Cristiane que está sempre cuidando de mim enquanto estudo e sempre me apoiando, por fim, gostaria de agradecer à minha psicóloga Katerine Sonada por estes dois anos de descoberta do “eu” e por me aturar durante todo esse tempo. Vocês são mulheres incríveis e eu me inspiro muito em vocês.

Agradeço também todas as professoras que marcaram minha vida escolar desde pequena e fizeram da sala de aula minha segunda casa e a escola minha zona de conforto. Como fui fruto de um relacionamento muito novo meus pais trabalhavam muito e minhas professoras tiveram todo o cuidado e carinho comigo, me ensinaram não só os conteúdos das disciplinas, mas também ensinaram a empatia, o amor, o cuidado, a tolerância e acima de tudo conviver com o diferente. Agradeço à professora Rosinei (alfabetização), à professora Rosa (1ª série), à professora Terezinha (2ª série), à professora Gorete (4ª série), ao professor Josiel (6ª série) e à professora Edileuza (8ª série). Vocês contribuíram de forma grandiosa e significativa de cada pedacinho meu para ser aos meus aluninhos o que vocês foram para mim, algumas não estão mais nesse plano, mas me marcaram de uma forma que darei continuidade aos passos de vocês. Essa trajetória é por vocês!

Também agradeço a estas professoras que tive a honra de estagiar durante a minha formação acadêmica Saionara Razera, Edinalva de Andrade, Célia Costa e Francisca Silveira, professoras incríveis que se dedicam ao máximo para ensinar os alunos não só a entender os conteúdos das disciplinas, mas que trabalham com tanto amor e dedicação que brilham os meus

olhos. A professora Saionara sempre será lembrada pela alegria e criatividade, uma mulher extremamente extrovertida e engraçada que nunca tem tempo ruim e se entrega com amor tudo que se propõe a fazer. A professora Edinalva mostrou que o amor no final vence e que trabalhar com o EJA é incrível, uma experiência única e transformadora, uma mulher alegre, divertida e muito dedicada. A professora Célia que enxerga em cada criança um universo único e tem sabedoria para lidar com as diversidades da sala de aula da periferia sempre com respeito e carinho e, por fim, e não menos importante, a professora Francisca que é forte e resiliente que trata todas as crianças com carinho e as protege como se fossem suas.

Minha gratidão ao meu namorado, Renê Nunes, que me ajudou a consertar meu computador para estudar, que me buscava da faculdade tarde da noite em segurança e que foi o meu melhor amigo/parceiro durante a minha recuperação, você, meus pais e a Liah foram essenciais para eu me reerguer e também agradeço à tia Maria da Cruz que cuida tão bem de mim e da minha filha para que eu possa estudar e trabalhar, além de nos proporcionar todo carinho e cuidado.

Não vivi tudo, mas vivi tudo que eu pude durante esses 4 anos e meio na faculdade e só tenho a agradecer a contribuição que cada um teve na minha vida e as oportunidades de pesquisa, ensino e extensão que a UNIFESSPA me proporcionou.

“Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim, não morre jamais...”

Rubem Alves

RESUMO

A presente monografia tem por objetivo entender a partir do livro didático Construindo o Brasil (1970), a legislação vigente na época o Decreto-Lei nº 869/1969 e a concepção pedagógica para a disciplina Educação Moral e Cívica durante os governos militares. É um trabalho de conclusão de curso dentro do campo da História da Educação através do campo da História Social a partir dos estudos de Thompson. Os autores do presente diálogo são: Alves (2022); Bardin (2011); Bittencourt (2018); Choppin (2004); Filgueiras (2007); Paviani (2014); Rezende (2001); Thompson (2001; 2021). Quanto à metodologia para pesquisa, optou-se pela análise bibliográfica e qualitativa que permite obtenção de dados com descrições detalhadas a fim de entender que tipo de modelo ideal de cidadão pretendia-se produzir. Conclui-se nesta pesquisa que o livro didático moldava o cidadão brasileiro para ser subserviente ao Estado aos moldes do que evidenciava o citado Decreto-Lei.

Palavra-chave: Educação Moral e Cívica; Ditadura militar; Legislação educacional; Ensino de História;

ABSTRACT

The present monograph aims to understand, based on the textbook "Building Brazil" (1970), and the legislation in force at the time was Decree-Law 869/1969, the pedagogical conception for the subject "Moral and Civic Education" during the military governments. It is a thesis within the field of History of Education through the lens of Social History, drawing on the studies of Thompson. The authors we engaged in dialogue with were: Alves (2022); Bardin (2011); Bittencourt (2018); Choppin (2004); Filgueiras (2007); Paviani (2014); Rezende (2001); Thompson (2001; 2021). Regarding the research methodology, we opted for bibliographic and qualitative analysis, which allows us to obtain data with detailed descriptions in order to understand what kind of ideal model of citizen was intended to be produced. We concluded that the textbook shaped the Brazilian citizen to be subservient to the State, following the mold indicated by Law 869 of 1969.

Keyword: Moral and Civic Education; Military Dictatorship; Educational Legislation; History Teaching.

LISTA DE SIGLAS

IHGB	Instituto Histórico e Geográfico do Brasil
AI-5	Ato Institucional nº 5
AID	Agency for International Development
CCE	Centros Cívicos Escolares
CEE	Conselho Estadual de Educação
CFE	Conselho Federal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNMC	Comissão Nacional de Moral e Civismo
COLTED	Comissão de Livro Técnico e Didático
EMC	Educação Moral e Cívica
ESG	Escola Superior de Guerra
FENAME	Fundação Nacional do Material Escolar
GT	Grupos de trabalhos
GT's	Grupos de trabalhos
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico do Brasil
INL	Instituto Nacional do Livro
IPÊS	Instituto de Pesquisa e Estudo Social
JUC	Juventude Universitária Católica
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organizações das Nações Unidas
OSPB	Organização Social e Política do Brasil
UNE	União Nacional dos Estudantes
USAID	United States Agency For International Development

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa do livro “Construindo o Brasil”	47
Figura 2 – Aprovação da CNMC.....	47
Figura 3 – Prefácio (I).....	47
Figura 4 – Prefácio (II).....	47
Figura 5 – Atividades elaboradas (I).....	50
Figura 6 – Atividades elaboradas (II)	50
Figura 7 – Respeito e promoção humana (I)	52
Figura 8 – Respeito e promoção humana (II).....	52
Figura 9 – Deveres de cada um e direitos (I).....	53
Figura 10 – Deveres de cada um e direitos (II)	53
Figura 11 – Critérios de amor como exemplo os heróis	54
Figura 12 – Orientação para o namoro (I).....	55
Figura 13 – Orientação para o namoro (II)	55
Figura 14 – Finalidade da escola	55
Figura 15 – Estudo como direito humano	56
Figura 16 – A civilização do trabalho.....	57
Figura 17 – O comunismo corrompe	57
Figura 18 – Orientações para férias	58
Figura 19 – Cinema e televisão como subversivos.....	58
Figura 20 – Exemplos de como aproveitar as férias	59
Figura 21 – Valor socializante do esporte.....	59
Figura 22 – Autoridade na convivência humana	60
Figura 23 – Organização política atual do Brasil	60
Figura 24 – Colaboração que os cidadãos devem prestar ao estado.....	61
Figura 25 – O amor à minha pátria é exigente	62
Figura 26 – A virtude interna	63
Figura 27 – A moral como valor de Deus	63
Figura 28 – Datas cívicas	65
Figura 29 – Rondon	67
Figura 30 – Ana Nery.....	67
Figura 31 – Monteiro Lobato	68
Figura 32 – José Bonifácio	68

Figura 33 – Caxias	69
Figura 34 – José de Anchieta.....	69

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Construindo qual tipo de Brasil?	14
1 Educação Moral e Cívica e os caminhos da ditadura militar brasileira para controlar o ensino e seu currículo	18
1.1 EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NA REPÚBLICA	21
1.2 A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NO CONTEXTO DE DITADURA MILITAR	23
1.3 OS PRIMEIROS PROJETOS PARA “CONSOLIDAÇÃO” DA NAÇÃO.....	26
1.4 O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO EDUCACIONAL.....	27
1.5 A DITADURA MILITAR E A EDUCAÇÃO	31
1.6 A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA COMO DISCIPLINA E PRÁTICA EDUCATIVA NO GOVERNO MILITAR	33
1.7 OS LIVROS DIDÁTICOS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	40
2 O LUGAR DO HOMEM-CÍVICO NO LIVRO DIDÁTICO E NA SOCIEDADE BRASILEIRA ATRAVÉS DE UM OBJETO CULTURAL	44
2.1 O LIVRO DIDÁTICO “CONSTRUINDO O BRASIL” E SUA ABORDAGEM DIDÁTICA DO HOMEM-CÍVICO	45
2.1.1 Estrutura do livro, prefácio e orientações	47
2.1.2 Análise do capítulo do livro “Construindo o Brasil (1970)”	50
2.1.3 Visão “democrática do homem”: Decreto-Lei nº 869/1969, alínea a.....	51
2.1.4 Visão das sociedades: Decreto-Lei nº 869/1969, alíneas c, e, g, h.....	54
2.1.5 Visão do Brasil: Decreto-Lei nº 869/1969, alíneas d, f.....	61
2.1.6 Visão de Deus no mundo: Decreto-Lei nº 869/1969, alínea b.....	62
2.2 OS SÍMBOLOS NACIONAIS	64
2.3 OS PERSONAGENS HISTÓRICOS DENOMINADOS COMO “VULTOS DA PÁTRIA”	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
A disciplina EMC entre o uno e o diverso na sociedade brasileira	72
REFERÊNCIAS	75

INTRODUÇÃO

Construindo qual tipo de Brasil?

Em 1969 foi instituído o Decreto-Lei nº869/1969 que possibilitou a inclusão da disciplina Educação Moral e Cívica (EMC) como disciplina obrigatória em todas as modalidades de ensino. Ao analisar o livro *Construindo o Brasil* (1970) produzido pelo Ministério de Educação e Cultura percebe-se que há um pensamento conservador e autoritário segundo os preceitos de moralidade e civismo imposto pelo Governo Militar (1964-1985), o objetivo da disciplina recriada pela ditadura militar era formar indivíduos que se adequassem a nova ordem social mudando sua forma de intervenção em todas as instituições inclusive na educacional, moldar o comportamento e convencer a população acerca dos feitos do regime militar. Assim, era importante uma nova disciplina dentro da sociedade brasileira haja vista que na década anterior (década de 1960) a cultura era impulsionada por transformações norte-americanas enfatizando e valorizando os mais variados grupos sociais como por exemplo, práticas ligadas ao *Rock in Roll*, sexualidade humana, direito e emancipação das mulheres, drogas psicoativas, ascensão hippie, liberdade sexual e de relacionamentos. Esses novos estilos de vida desarmonizava toda uma sociedade de cunho ‘Brasil Grande’ que precisava de um projeto de lei que transformasse essa realidade diversa em uma realidade domesticada e homogênea perante os moldes da ditadura militar, com isso, era preciso ser pensado “Qual a sociedade que deve ser construída para o Brasil na década de 1970?” e a resposta para essa pergunta se configurou no resgate da disciplina Educação Moral e Cívica na tentativa de construir uma sociedade com outra mentalidade da que estava se expandido nos Estados Unidos a fora.

O deputado Valtenir Pereira (MDB) apresentou um projeto de lei para reconstruir a EMC, em fevereiro de 2019, no governo Bolsonaro e que foi reforçado posteriormente pelo ministro da educação Ricardo Vélez¹. A retomada de muitos debates aclamando a volta desta disciplina para o currículo escolar possibilita rediscutir a historicidade da disciplina EMC, esta pesquisa pretende investigar: Qual a concepção pedagógica para a disciplina Educação Moral e Cívica durante a ditadura militar a partir do livro didático *Construindo o Brasil* (1970)?

¹LEIA JÁ. MEC deve retomar Educação Moral e Cívica às escolas. Disponível em https://m.leiaja.com/carreiras/2019/02/05/mec-deve-retomar-educacao-moral-e-civica-escolas/?fb_comment_id=2092870250805002_2093726414052719. Acesso em: 28 mar. 2023.

O presente trabalho de conclusão de curso é fruto de uma pesquisa realizada durante a bolsa concedido pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/FAPESPA) adquirida através do edital nº 06/2019, no ano de 2019, que teve como finalidade compreender a disciplina Educação Moral Cívica através de seus materiais didáticos. Este trabalho encontra-se dentro do campo da História da Educação no Brasil, abordado pelo estudo de André Chervel (1990), Michael Apple (2010) e Marcus Oliveira e Serlei Ranzi (2003), entre outros. Segundo Reis (1998), toda representação sustenta um conhecimento histórico mais adequado a sua época e oferecem também uma “utopia”, um caminho de paz, de repouso da consciência, de estabilidade e tranquilidade. Introduzindo e impermeando nessa discussão a problemática das práticas escolares a EMC através do livro Construindo o Brasil (1970) tecem uma narrativa ideológica da realidade que pretendiam conceituar o período do grande Brasil Potencia.

Os livros didáticos modificam a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma Figura deformada da realidade pela concepção de quem o escreve, pois, nenhuma concepção é neutra de opinião. Para a produção dos materiais da disciplina EMC foram selecionados os autores que pensam a disciplina para o período ditatorial brasileiro, autores este que se dividiam em quatro grupos: educadores, religiosos, membros do exército e autores profissionais, que interpretaram os programas para as disciplinas de diversos modos.

Neste mesmo período foram oferecidas formações curtas denominadas de “cursos de reciclagem” com o intuito de preparar professores para se envolverem com o programa e objetivos das disciplinas já elaborados para cada série e com um conjunto de atividades a serem desenvolvidas. Houve também uma imposição de um currículo pronto a ser ensinado, como se deveria ensinar e qual livro didático deveria ser usado. Adotaram também o Curso de Licenciatura Curta que formavam profissionais em pouco tempo (de 2 a 3 anos) em Estudos Sociais, Ciências e outros². Pode-se observar que tanto a construção da disciplina, a formação dos professores, os materiais didáticos e o currículo vigente na época eram monopolizados por

²Segundo Thiago Nascimento (2012), no que tange às licenciaturas curta, afirma-se: Assim, teríamos três licenciaturas para o essencial do ensino no primeiro ciclo: a de Letras, compreendendo o ensino de Português e uma língua viva; a de Estudos Sociais, habilitando ao magistério de História, Geografia e Organização Política e Social Brasileira; a de Ciências, para o ensino de Ciências Físico-Biológicas, Iniciação às Ciências, e Matemática. Estas licenciaturas seriam específicas do ciclo ginásial, embora seus titulares pudessem ensinar em segundo ciclo enquanto não houvesse professores de quatro anos em número suficiente. Estes licenciados poderiam posteriormente tirar os créditos necessários à licenciatura que os habilitasse ao ensino definitivo do ciclo colegial ou do curso superior. O tempo de duração destas licenciaturas poderia ser de três anos. Justifica-se esta redução uma vez que o Bacharelado preparava indiferentemente o professor e o especialista neste mesmo espaço de tempo. Agora que o currículo mínimo das matérias pedagógicas reduziu sensivelmente o número destas matérias, algumas delas podendo ser ministradas num semestre, julgamos possível preparar-se um professor para o ciclo ginásial em três anos.

um grupo seletivo de dirigentes que rompiam com a autonomia escolar/docente obrigando os profissionais da educação a seguir à risca esse novo modelo a ser ensinado.

Esta pesquisa tem como questões centrais: Qual era a intencionalidade da Educação Moral e Cívica para o primeiro e segundo graus? Como o Governo Militar tinha pensado o ensino de história? Como vão se apropriar dessa concepção? e compreender como as disciplinas usadas pelo Governo Militar funcionam? Com quais objetivos? Qual intenção os governos militares tinham para a EMC?

Este trabalho tem como objetivo entender a concepção pedagógica para a disciplina Educação Moral e Cívica (EMC) durante os governos militares para fomentar um debate teórico-metodológico com a historiografia da educação do Brasil partindo dos estudos do livro *Construindo o Brasil* (1970), produzido pelo Ministério da Educação e Cultura, para uso em sala de aula a fim de debater e analisar a história da disciplina e as legislações educacionais do período especialmente o Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, e a Lei nº 5.692, de 11 de novembro de 1971, que foram importantes na implantação e funcionalidade desta disciplina no contexto histórico de autoritarismo do governo militar (1969-1971).

Pretende-se entender qual a concepção pedagógica que o material didático traz para o espaço escolar. A análise do livro didático nos permite compreender qual o tipo de sociedade esperava-se formar no contexto da ditadura militar. Com isso, torna-se importante aprender sobre o processo de construção de saberes essenciais a juventude brasileira. Como os autores deste livro trabalham os conteúdos relacionados à História, bem com a inclusão de determinados conceitos como “moral” e “civismo” dentro das produções didáticas é a nossa preocupação central.

Quanto à metodologia para a pesquisa, optou-se pela análise bibliográfica e qualitativa. Esta opção é justificada pelo método escolhido permitir obtenção de dados com descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos.

Com isto, pretende-se promover um debate crítico acerca da identidade ideológica da EMC em contrapartida a discursos ansiando a volta desta disciplina para o currículo educacional, alertando para a intencionalidade do uso da mesma de forma a deixá-la na lembrança do passado e não permitindo que se faça presente como parte curricular doutrinária da educação nos tempos atuais, garantindo os direitos essenciais estabelecidos por lei como de liberdade de expressão.

O primeiro capítulo deste trabalho de conclusão de curso tem o objetivo de traçar uma breve análise da história do Brasil tendo em vista Império, República e Ditadura Militar e como esses períodos se relacionavam com a EMC ressaltando os Decretos-lei vigentes na ditadura

militar e trazendo para o centro do debate como esta disciplina monopolizou todo o conhecimento da juventude a fim de (re)criar um modelo de cidadão.

O segundo capítulo deste trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar uma produção didática criada pela ditadura militar nos anos 70 do século XX, com isso, destacar como os valores cívicos são demonstrados a partir da Lei federal nº 869, de 1969. Nessa direção reforçamos a imagem de uma história única dentro da história do Brasil, através da disciplina Educação Moral e Cívica, com a finalidade de construir um cidadão subserviente ao Estado.

Nas considerações finais reforçamos a ideia de que durante os anos 1970 em plena ditadura militar, durante a Copa do Mundo de 1970 foi pensada uma produção didática para construir o Brasil idealizado pela ditadura militar. O papel que os militares assumiram foi implementar uma política autoritária que se distanciasse da reflexão e da crítica social. Assim, pensam nas ações que os militares faziam em diversas áreas da sociedade brasileira, bem como na preservação da imagem histórica dos denominados vultos históricos da nação. É a história como mestre da vida, onde as lições do passado devem ser cultuadas e referenciadas pelas futuras gerações, bem como os aspectos comportamentais (morais e costumes) que estão ligados à supracitada lei federal, e com isso precisamos olhar o passado através dos materiais didáticos de forma crítica.

1 EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E OS CAMINHOS DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA PARA CONTROLAR O ENSINO E SEU CURRÍCULO

Este capítulo tem por objetivo o debate teórico-metodológico acerca da historiografia da ditadura militar brasileira, especificamente com os autores que debatem com a questão da ditadura militar identificando o controle ideológico pelos materiais didáticos construídos na época.

Este trabalho se consolida através das análises da legislação educacional vigente da época, do livro didático “Construindo o Brasil” e das leituras históricas bibliográfica. Para Martins (2019), “a riqueza da pesquisa histórica é procurar compreender as diferentes facetas do real, dos diferentes processos sociais, porque quando se investiga um momento histórico lida-se com o vir-a-se, com as contradições e os embates”. Com isto, pretende-se tecer considerações de como o Estado Militar redefiniu os conceitos como “Educação”, “Trabalho” e “Pátria” inserido na lógica estabelecida pela Segurança Nacional do desenvolvimento econômico e disciplinar.

A partir das leituras relacionadas ao período ditatorial brasileiro e a educação, podemos refletir como estas redefinições foram implantadas e promovidas a partir da tentativa de legitimar suas estratégias de doutrina disciplinar de forma obrigatória com a disciplina Educação Moral e Cívica (EMC) nas escolas e em todo o território brasileiro em 1969 que faziam-se presente em solenidades cívicas nas comunidades em desfiles e homenagens enfatizando o dever om a Segurança Nacional e o comprometimento com o progresso da Pátria com a participação de educandos, pais e professores.

[...] o regime militar cavava reconhecimento para os seus propósitos buscando consubstancialidade entre os valores militares e os valores ligados à família, à escola, à pátria, à religião, à ordem, à disciplina, que segundo ele, eram socialmente fundantes da ordem político- cultural brasileira Em termos gerais, pode –se dizer que a busca de legitimidade do regime militar significava, basicamente que ele se debatia para encontrar meio de obediência, adesão e aceitabilidade para suas forma de atuação e ação (Rezende, 2001, p. 3-4).

Para iniciar o debate sobre a disciplina Educação Moral e Cívica convido-os para um breve retorno ao tempo para entender os impasses desta disciplina no âmbito educacional brasileiro que se manifesta fortemente em três momentos históricos, sendo eles: Brasil Império, República e Ditadura Militar.

No Brasil Império já se discutia a importância da formação cívica e moral dos cidadãos que estavam presentes nos meios intelectuais e entre estudiosos do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) e a preocupação da formação da identidade cultural que o Brasil formava quanto cidadãos brasileiros. Era necessário ressaltar na história de um Brasil forte e unificado a importância da Nação, para que essa narrativa fosse consolidada foi necessário a sobreposição de classes sem levar em consideração a subjetividade e particularidade do “diverso” o diferente não possuía espaço para se propagar na sociedade, ou seja, “a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais” (Thompson, 2004, p. 10).

No século XIX antigos colonizadores e colonos que exerciam as funções políticas da época possuíam um desejo de que a monarquia brasileira fosse um exemplo de nação civilizada enfatizando as riquezas do café do Vale do Paraíba provinda pelo trabalho dos escravos. Neste período desejavam apresentar o índio como um herói nacional romântico, civilizado pelo europeu que alcançou a verdadeira dignidade de ser um exemplo para o país, conforme afirma Mattos (2000).

Porém, o que os políticos e intelectuais da época não conseguiram controlar foi a ruptura na narrativa que eles estavam tentando construir com a revolta de desigualdade dos povos menos favorecidos que não tinha direito à liberdade, a propriedade capacidade eleitoral e competência para governar. Com isso, os dirigentes Imperiais tentaram manter a “Ordem” e difundir a “Civilização” combatendo todas essas problemáticas com um projeto civilizador que trazia para o centro do debate ideias, valores e costume do que seria um bom cidadão das “nações civilizadas”, além de transmitir tais ideias por teatros, folhetins e jornais também o fez através de disciplinas escolares e assim preservar os ideais de um “bom cidadão”.

Para os dirigentes imperiais importava: Ordenar, Civilizar e Instruir. A atitude de colocar ordem estava estreitamente vinculada à manutenção da mão-de-obra escrava, em defesa dos interesses da chamada boa sociedade. Seguindo o exemplo das nações européias, ditas "civilizadas", o Império do Brasil deu importância particular à organização pública através da publicação de Leis. Esse fato é essencial para entendermos a formação da nação brasileira e sua relação com a escola e com as disciplinas escolares (Abreu, 2008, p. 25).

Thompson (2001) discute a classe como uma formação social e cultural, ou seja, nenhuma classe social independente de qualquer que seja e pode ser definida de forma isolada, é preciso defini-la relacionando com outra classe. Podemos perceber que desde o Brasil Império as classes já estavam divididas, de um lado a elite tentando construir uma cultura europeia e de

outro os menos favorecidos como indígena e escravos que não possuíam direitos básicos, a moradia e a liberdade de cultivar suas religiões e manifestação de cultura própria. Desse modo, a autonomia da classe menos favorecida estava ameaçada desde os primeiros registros históricos brasileiro, e com a ditadura militar não foi diferente, a imposição dos dirigentes estava suprema os grupos subalternos através de Leis e repressão.

A dinâmica da nação está relacionada com a formação dos projetos do Estado desde o Brasil Império que se tornou uma herança para a República. Nesse âmbito, a forma como reprimir a luta das classes menos favorecidas com imposição de costumes que pretendiam ser seguidos, nos demonstram que desde o Império os dirigentes se apoiavam em leis para consolidar seu poder principalmente nas esferas educacionais como podemos ver na Reforma de Couto Ferraz de 1854.

Na Reforma Couto Ferraz, de 1854, o quadro de disciplinas estabelecido para a instrução primária incluía, entre outras: instrução moral e religiosa, elementos da história e geografia do Brasil. Com a idéia de que a Instrução Pública pode formar um povo (MATTOS, 2000, p. 39-40), cabia ao professor encontrar métodos qualificados para ensinar a moral cristã através das leituras sobre a História do Brasil e a Carta Constitucional do Império (Abreu, 2008, p. 25).

A escola passou a ser um centro de reconstrução cívica e moral dos cidadãos para efetivar os ideais do Estado. Thompson (2001) ressalta que existe uma inter-relação entre o subjetivo e o objeto fazendo com que essas mudanças partissem não só do novo modelo econômico, mas também de mudanças sociais como princípio e valores humanos na vida social e cultural, ou seja, tanto a subjetividade quanto a objetividade oferecem elementos reflexivos entre o ser social e a consciência social, pois a partir daí a formação histórica e social passa a ser uma totalidade dialética. Ainda segundo Thompson (2002), a escola virou o campo da mudança social que dependia do professor que assumia uma tarefa de instrução de cidadãos no que desrespeita a imposição de uma disciplina através de uma matéria escolar. Para tanto, era preciso desenvolver um sentimento patriótico e uma boa conduta dos preceitos morais estabelecidos, ou seja, os professores tinham o papel de formar o povo com novos costumes e cultura pois para a construção de um novo Estado era preciso (re)construir um novo povo. Com isso, novas escolas foram construídas em Niterói, em 1835, na Bahia, em 1836, no Ceará, em 1845, e em São Paulo, em 1846, como peça central nesse jogo de disciplina e conduta cabia ao professor repassar a mesma hierarquia que caracterizava a sociedade. Vale ressaltar que mesmo em 1838 já havia o cuidado ao fiscalizar academias, escolas e aulas, como o exemplo de

Bernardo Pereira de Vasconcelos – Ministro do Império – que fiscalizava qualquer ato subversivo que estava sendo disseminado no ambiente escolar.

No Período republicano a formação cívica de cada indivíduo estava relacionada ao valor do trabalho para o engrandecimento do cidadão e da pátria, onde destacam-se três momentos históricos: Primeira República (1889-1930), Era Vargas e o período democrático (1930-1964) e a Ditadura Militar (1964- 1985).

1.1 EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NA REPÚBLICA

Deixada como herança do Brasil Império a “boa sociedade” exercia o papel de sociedade civil e política representada pela oligarquia rural. Os filhos de grandes fazendeiros iam à Europa estudar e retornava ao país para compor o IHGB que continuavam a manter as ideologias de progresso e civilidade Europeu e discursos nas câmaras municipais vivos vinculados como forma de repercussão folhetos e jornais, desta vez como uma novidade de propagação ideológica – monumentos, estes monumentos passaram-se a ser construídos nos centros urbanos, escolas, sedes de prefeituras, fóruns e em praças, também como herança do Império os grupos subalternos – trabalhadores rurais e urbanos – continuavam sendo ignorados e excluídos do “Progresso”. Este progresso está vinculado ao modo de produção econômica que o Brasil estaria construindo, uma base econômica diferente dos cafezais que estavam acostumados, e com isso era preciso alterar os costumes da sociedade.

A partir da Primeira Guerra Mundial os imigrantes que vieram para o Brasil trouxeram consigo a capacidade do desenvolvimento industrial que em conjunto com o capital cafeeiro começou uma nova era das “substituições de importações”. Getúlio Vargas – representante das oligarquias do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Nordeste –, coloca-se contra São Paulo pela representação do poder.

Em 1930, Getúlio Vargas finda a Primeira República e se impõe como um líder carismático e autoritário e deu início a invenção da Nação pelo Estado, de caráter único sem tolerância à divergência criando seu próprio programa de construção da Nação baseado no nacionalismo de caráter único da valorização da conservação familiar, da Pátria através do trabalho e da educação. Para Martins (2019), “a realidade social e histórica é um campo de lutas de interesses, valores e princípios divergentes, por isso deve-se entender a relação entre o econômico e o não econômico, ou seja, entre os fenômenos sociais e culturais e as relações de produção”. Com isso, criou-se o Ministério da Educação (MEC) que efetivou uma reforma

educacional criando o Conselho Nacional de Educação (CNE) e organizou os ensinos secundário, comercial e superior.

Os debates acerca da educação no país eram tratados em todos os níveis, que até os pioneiros da Educação Nova lançaram seu manifesto por uma educação renovada, no ensino primário, pública, laica e gratuita a todos os brasileiros. Os pioneiros defendiam o ensino religioso que foram postos em prática somente em 1942/1946 com o projeto nacional para a Educação que consagrou a Leis Orgânicas do Ensino que em 1945 passou por reformas parciais de Decretos-Lei, sendo assim, as Leis Orgânicas organizaram os ensinos primário e médio, além de traçar diretrizes para o ensino profissional em todo o país mantendo o caráter conservador.

A elaboração de uma nova Constituição, promulgada em 18 de setembro de 1946, e a elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foram fatos importantes que marcaram este período. A Educação passou a ser um tema amplamente debatido: movimentos sociais, imprensa, Congresso Nacional, universidades, as mais diversas esferas da sociedade se envolveram na discussão de temas como 'a adequação do currículo às peculiaridades regionais' e a 'necessidade de combate ao analfabetismo'. Educação, Desenvolvimento Nacional e Democracia eram conceitos que permeavam esses debates, pois a modernização do país passou a ser vista como resultado do desenvolvimento econômico industrial, do respeito às instituições democráticas e da Educação voltada para a produtividade e competitividade do mercado (Abreu, 2008, p. 50).

Neste período a sociedade brasileira passava por uma transição de caráter rural para um caráter urbano e industrial. Novas atividades começaram a ser realizadas na educação, na imprensa e até nas artes. Martins (2019) evidencia que o materialismo histórico deve considerar aspectos sociais e históricos, aspectos estes que são: ideológico, de poder, de formação de consciência social que interferem nas ideias e valores humanos na vida social e cultural da sociedade. Os trabalhadores participavam ativamente da cultura e da política do país. Com a educação via-se a necessidade e a importância de uma educação minimamente voltada para a alfabetização e para a formação profissional das massas populares no contexto de redemocratização do país para que essa classe desenvolvesse seu trabalho, o que Thompson (2002) vai considerar como esmolas impostas para os pobres subtraídas de acordo com seu mérito.

Para Martins (2019), "a educação é uma prática cultural e como tal expressa uma diversidade de experiências que apresentam interesses distintos que estão em confronto". O impasse na época era o conflito de interesses entre os educadores católicos que almejavam

escolas privadas e centralizadas na religião e intelectuais liderados por Anísio Teixeira que almejavam uma escola pública, gratuita e de qualidade.

De acordo com as considerações de FILGUEIRAS, a primeira regulamentação do CFE em relação à Educação Moral e Cívica – EMC - foi a Indicação nº. 1 de 1962, que estabeleceu a EMC como prática educativa no sistema federal de ensino. A Indicação nº.1 dispunha sobre as normas para o 2º Grau e indicava as disciplinas obrigatórias e optativas dos sistemas de ensino. No contexto das discussões acerca dos objetivos da educação, foi criada ainda em 1962 a disciplina OSPB, Organização Social e Política do Brasil, por iniciativa do CFE. A OSPB deveria ser ministrada no ensino secundário e sua criação foi justificada pela necessidade de aprendizagem da prática de uma cidadania democrática (Abreu, 2008, p. 51).

Para os membros do Conselho Federal de Educação (CFE) era importante distinguir no currículo escolar o que era “disciplina” e o que era “prática educativa”. Segundo o Parecer nº 131/1962, a disciplina estaria enfatizando a assimilação de conhecimento ao mesmo tempo que a prática educativa amadurecia a personalidade despertando o indivíduo para o mundo dos valores integrando-o aos hábitos de vida. Assim, as escolas teriam a liberdade de desenvolver suas práticas educativas de acordo com sua realidade. “Para os conselheiros do CFE, a OSPB atendia aos objetivos de uma disciplina voltada para a formação cívica dos alunos, por isso entendiam que a EMC deveria ser trabalhada prioritariamente como prática educativa” (Abreu, 2008, p. 51).

1.2 A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA NO CONTEXTO DE DITADURA MILITAR

Após a Segunda Guerra Mundial os militares colocaram em prática a Doutrina de Segurança Nacional, através da Escola Superior de Guerra (ESG). A aproximação com os Estados Unidos na Guerra Fria durante o Governo Dutra (1946-1951) despertou o desejo de desenvolvimento através do capital externo que fez o Brasil se desenvolver de forma rápida; porém, com poucos beneficiários, influenciado pela política ideológica da guerra fria dos Estados Unidos que enfatizava o crescimento econômico e capitalista e banalizava o socialismo e o comunismo como ameaça econômica, ideológica e política. O Governo de Getúlio Vargas (1939-1945) visava-se o espírito nacionalista de “ser brasileiro”, e para isso era preciso uma formação histórica própria para o contexto do período. Segundo Martins (2019),

[...] transformação histórica acontece não por uma dada ‘base’ ter dado vida a uma ‘superestrutura’ correspondente, mas pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem vivenciadas na vida social e cultural, de repercutirem nas ideias e

valores humanos e de serem questionadas nas ações, escolhas e crenças humanas (Thompson, 2001, p. 263).

Essas ações, escolhas e crenças foram moldadas e reformuladas dentro da sociedade em um projeto de reconstrução do bom cidadão cívico com preceitos morais de forma a garantir a proteção dos ideais do Estado, a segurança nacional e o desenvolvimento econômico que resultam no projeto político que para os trabalhadores garante a ascensão financeira reforçada pelo prestígio social, apoiados em valores de igualdade, oportunidade, sucesso, o que mais tarde seria discutido e comentado nos materiais didáticos ressaltando a importância de que todo cidadão tem responsabilidade com o desenvolvimento econômico do país, o que Thompson (2002) chama de mobilidade seletiva natural.

Com a queda do Presidente João Goulart, em 1964, sobe ao palco da representação do Brasil os opositores de Vargas – grupos de militares, tecnocratas e empresários ligados ao capital externo que se apropriaram do aparelho do Estado aspirantes a hegemonia –, estes aspirantes intelectuais responsáveis por essa hegemonia compunham o quadro da ESG e tecnocratas norte-americanos. E, com isso, os subalternos foram eliminados pela violência direta, coerção física e ideológica destituídos de seus direitos políticos, presos e/ou exilados quando não mortos. Para Martins (2019), essa hegemonia está diretamente ligada pelo consenso dos conteúdos de dominação que “são assimilados e mantidos pelos dominados, educação escolar e a educação política podem auxiliar no processo de incorporação de valores e princípios e na reprodução das relações sociais vigentes no modo de produção capitalista” consolidando uma hegemonia cultural.

Ao longo dos primeiros anos do regime, os militares exerceram a dominação direta sobre a sociedade civil e grupos subalternos. A hegemonia foi forjada a partir da escola, de propagandas e da coerção. A manutenção do regime visava, essencialmente, a construir uma mentalidade geral de que os militares não dominavam a sociedade, mas dirigiam todo o país para o desenvolvimento e progresso tão desejado por todos, esforçando-se para que o Estado mantivesse uma ‘máscara democrática’. Assim, o desenvolvimento pareceria se dar de modo ‘natural’ e para todos (Abreu, 2008, p. 19).

O que não vingou, evidentemente, pois somente a sociedade política e aparelho do Estado não eram suficientes. Assim, era preciso uma hegemonia de todos os setores da sociedade incluindo a sociedade civil que conseguiu driblar as forças coercivas do Estado, e com isso tendo novos líderes e construindo uma nova sociedade política, líderes estes apoiados por uma liderança militar aguardado a queda do regime.

A hegemonia, o consenso, tende a ser democrático, ou seja, tende a garantir a participação da maioria da sociedade nas decisões políticas, sempre que a sociedade civil é a base do aparelho do Estado. Quando a sociedade política, o poder puro, assume a direção da sociedade, esse governo deixa de dirigir a sociedade e passa a dominá-la diretamente. Este é o caso do período militar no Brasil. O bloco histórico, por sua vez, é o ponto de partida, é a análise de como um sistema de valores culturais impregna na sociedade em determinado período histórico, sob a direção ou dominação de determinado grupo social, chamado aqui de 'grupo funcional' (Abreu, 2008, p. 20).

Com isso, podemos perceber a importância dos estudos de historiadores e sociólogos em destaque neste trabalho. Thompson (2002) discute as compreensões dos projetos educacionais nas sociedades contemporâneas, principalmente nos quesitos urbano e industrial. Pesquisas como estas nos levam à reflexão das possibilidades históricas que compõem e consolidam projetos que consolidam a hegemonia de diferentes projetos societários destacando a educação como um dos principais instrumentos de para o consenso das classes subalternas contendo um potencial para transformar toda a sociedade.

Para legitimar o seu poder os dirigentes da ditadura articulam seus ideários sob posse de Leis, Portarias, Pareceres e Decretos. Com isso, torna-se necessário a reformulação da educação. Os Decretos-Lei utilizados de artifício de caráter legal foram imprescindíveis para a consolidação da reforma educacional, os dirigentes da ditadura tiveram o cuidado de consolidar sua ideologia através de leis que correspondiam as aspirações e costumes da camada mais ampla da sociedade inibindo assim as resistências.

A promulgação de Leis são embates sociais, pois demonstram-se fontes extremamente ricas para revelar a análise de conflitos travados dos grupos sociais para entender a legitimação dos costumes e mudanças de interesses organizados politicamente em qualquer âmbito social e no que desrespeita a ditadura militar. Desse modo, essas Leis representavam os interesses de pequenos grupos de militares e empresários, excluindo mais uma vez os menos privilegiados como trabalhadores urbanos, rurais, estudantes, intelectuais e até progressistas da Igreja Católica.

É importante aqui refletir um pouco sobre o que pode representar a legislação e os dados oficiais a ela ligados, dentro do contexto educacional da época. As Leis possuem dois lados: ao mesmo tempo em que são uma imposição do Estado, são também uma criação da sociedade. Essa criação provém dos seus costumes, dos seus hábitos, das suas aspirações. Uma decisão legal é considerada autoritária quando o seu conteúdo vai contra essas aspirações (Abreu, 2008, p. 20).

Para os militares era preciso imposições legais para reordenar as políticas internas e externas do Brasil e o desenvolvimento da segurança interna contra movimentos de

reivindicações. Na Presidência de João Goulart havia radicalizações de polarização política de grupos de extrema direita como o Instituto de Pesquisa e Estudo Social (IPÊS), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Escola Superior de Guerra (ESG) e a extrema esquerda como Juventude Universitária Católica (JUC) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), além das ligas camponesas e sindicatos.

O Governo Vargas foi marcado pela polarização política, crise econômica e conspiração militar- por ter uma política de cunho nacionalista e populista. O governo de Jango, ora pendia para esquerda ora para direita, como discípulo de Getúlio Vargas, esperava-se dele centralizar em favor das massas e da nacionalização de capitais e investimentos, o que não foi efetivado por escolher abrir o mercado para a indústria do país e capital estrangeiro.

Para os militares, “nacionalizar” a economia era o mesmo que optar por uma política comunista que apresentava uma ameaça para as elites e militares ao comparar com a revolução cubana fazendo-os se sentirem ameaçados. Em 31 de março de 1964, as tropas do General Mourão Filho saíram de Mato Grosso e foram para o Rio de Janeiro para consolidar o golpe, enfatizando as reformas de base como propostas que visavam “promover alterações nas estruturas econômicas, sociais e políticas que garantissem a superação do subdesenvolvimento e permitissem uma diminuição das desigualdades sociais no Brasil” (Abreu, 2008, p. 22).

1.3 OS PRIMEIROS PROJETOS PARA “CONSOLIDAÇÃO” DA NAÇÃO

Agora que estamos familiarizados pelo histórico de um modelo disciplinar escolar e estamos cientes da necessidade de controle e reconstrução de uma tentativa de narrativa do progresso do cidadão brasileiro e de um projeto de Nação, depois de explanar brevemente sobre os motivos que levaram os dirigentes da ditadura ir avante em busca de seus ideais de governo e tomar a posse para si, iremos aprofundar a importância que as Leis e os Decretos possuíam para a consolidação de um novo modelo disciplinar escolar.

Vale ressaltar que apesar do contexto histórico do nosso estudo ser a Ditadura Militar, antes de sua consolidação já havia a disputa de diversos grupos nacionais e grupos cívicos em torno do projeto Nação. Assim, podemos fazer alusão a Olavo Bilac que fundou a Liga da Defesa Nacional, em 1920, declarada a mais ampla e influente organização nacionalista que atuava com independência religiosa, filosófica e política que foi a iniciativa para a criação de outras Ligas como a Liga de Defesa Nacional e o Movimento Nacionalista Católico que já havia contato com o público inserindo seus ideais através da revista “A Ordem”. Para criação da Liga de Defesa Nacional havia objetivos que precisavam ser alcançados como: defender o trabalho

nacional, desenvolver o civismo, o culto a heróis, o amor a justiça e a pátria, fundar associação de escoteiro entre outros interesses.

Apesar de divergentes, esses movimentos nacionalistas tinham em comum o anseio pela educação cívica e para o desenvolvimento para o trabalho, que iria inserir-se nos âmbitos escolares pelo projeto de nação à educação tornando, assim, a escola como o centro da civilidade e patriotismo com referências do que os educandos deveriam levar para sua vida adulta de dedicação à Pátria. Dessa forma, isso estava incorporado desde as organizações de filias, das ordens de carteira na sala de aula, na marcação de tempo e divisões de horários, enfatizando posteriormente a disciplina Educação Moral e Cívica como se educar para ser brasileiro.

O golpe de 31 de março e 1964 se consolidou com promessas de uma nova realidade, de tempos melhores e com a promessa de que entregaria o país para os civis após um mandato, o que não aconteceu e a realidade se tornou bem diferente do esperado pois os dirigentes do governo militar dependiam de fortes doutrinas e repressão para conter qualquer ameaça interna que viria a acontecer, inimigos estes que eram declarados como subversivos da ordem do governo e inimigos da Nação como sindicatos trabalhistas, organizações de esquerda, organizações políticas e civis, professores universitários, estudantes, clero e trabalhadores rurais, ou seja, não havia mais espaço para a diversidade e para a divergência de opinião e todos que se opunham as decisões do Estado militar era considerados comunistas-inimigo da nação.

1.4 O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO EDUCACIONAL

O Estado Militar reformou a estrutura educacional do país modificando o seu funcionamento e norteando os fazeres pedagógicos que teria como um novo foco a escola com o papel de ajustar o homem ao meio e ao tempo de forma a induzir a internalização de valores morais e cívicos, da formação de vida em sociedade, da produtividade e sobrevivência conjunta que determinou a conduta do sistema de ensino, do professor e do educando modificando por completo a construção das relações sociais e conseqüentemente a cultura da sociedade cível. Para Martins (2019),

A cultura é parte inerente na construção das relações sociais e supera a ideia que relaciona cultura à erudição. A cultura sintetiza o pensar, o sentir e o agir, a cultura é comum, por isso expressa os valores, princípios, normas e significados de um determinado contexto social e histórico. Para compreender o agir, pensar e sentir parte da experiência vivida que é fundamental para a ação pedagógica e propõe unir o conhecimento acumulado socialmente e a experiência vivida.

Os valores morais e cívicos estavam diretamente ligados a Deus, Pátria e Família que eram considerados pilares de um bom cidadão brasileiro disciplinado pela educação fornecida pelo país que teve de ser reorganizada de forma a adequar-se ao otimismo econômico. A educação no período militar foi marcada por dois momentos: 1964 a 1968 com políticas econômicas e sociais e pós-68 com os anos endurecidos de chumbo demarcando como uma ditadura.

Em 1968, a gestão tornou-se extremamente autoritária delineada pela política anticomunista dos Estados Unidos que impulsionou a política de Segurança Nacional a caracterizar-se pelo controle ideológico e repressivo, exterminando toda manifestação de resistência controlando e reprimindo qualquer opinião e pensamento subversivo. O interesse do Estado brasileiro pela educação dava-se de forma gradativa de privatização do ensino por questões de crise econômica que já existiam no momento de sua implantação, então como não havia verba pública para recursos dos setores da educação o Estado achou por bem vincular a educação à acumulação capitalista a colocando como um preparo para o trabalho e mão de obra tecnicista subordinando-a à produção de capital humano para atender demandas diferenciadas do mercado e do crescimento econômico enfatizando como exemplo o ensino profissionalizante nas primeiras séries do 1º Grau dividindo-o em duas partes: de formação geral estabelecida pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e formação específica profissional estabelecida pelo Conselho Estadual de Educação (CEE).

Ao finalizar o 1º Grau o educando já era considerado apto a ingressar na força de trabalho conciliando as disciplinas tradicionais indispensável para a formação intelectual e a vocação para o trabalho para a colaboração do crescimento do Brasil. No 2º Grau as disciplinas sociais e humanas possuíam carga horária inferior quanto às disciplinas profissionalizantes pois havia o intuito de afastar os educandos dos vestibulares e concentrá-los no mercado de trabalho, tal situação sendo concretizada pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que tinha como foco normas e organização de funcionamento do ensino universitário integrando-o com o 2º Grau profissionalizante, uma tentativa de afastar os educandos do ensino superior.

Um dos grandes fatores que contribuíram para a reestruturação educacional no país foram os acordos com órgãos norte-americanos como MEC-USAID, que prestaram assistência técnica e cooperação financeira ao sistema educacional brasileiro que visava o aperfeiçoamento do Ensino Primário, essa assistência que MED-USAID prestava para conter a crise agravada pelo crescimento e demanda justificando a intervenção norte-americana na educação. A crise foi agravada pela demanda social e reivindicatória da educação, para controlar a crise dentro

das escolas, o Estado Militar criou mecanismos centralizadores que atingiam a direção escolar e os professores que aos poucos foram perdendo sua autonomia e resistência criando para contrapor a crise comissões e grupos de trabalhos (GT) para estudar os problemas derivados da crise educacional e propor soluções baseados em reformas e Leis que, em 1969, propôs uma reforma no 1º Grau. Abreu (2008) tem em vista que o Projeto Brasileiro de Desenvolvimento tem uma reestruturação política, econômica e social.

Temos em vista que essa reestruturação era política, econômica, social e ideológica. Política, por que esse foi o momento auge de “endurecimento” do regime; econômica, por que o Brasil vivia a ilusão da modernidade via capital estrangeiro; social, por que todos os brasileiros foram alcançados pela política econômica do governo e por sua disciplina e repressão, seja estando do lado que reprime, ou do lado que é reprimido; ou estando do lado que começava a colher os lucros do ‘milagre econômico’, ou do lado que via sua miséria cada dia mais aprofundada (Abreu, 2008, p. 38).

Segundo o Art. 1º da Lei n º5.692/1971, o ensino do 1º e 2º graus tinha como objetivo “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (Brasil, 1971). A autorrealização provém do sentimento de interação que o homem mantém com o meio que convive, interagindo assim, de forma dinâmica e cultural no desenvolvimento cívico e moral. Para tanto, a escola deve oferecer diálogo com a cultura e diálogo com os professores e colegas para consolidar uma base do exercício consciente da cidadania, ou seja, para que tenha uma boa qualificação para o trabalho é necessário que tenha uma boa qualificação e dignificação quanto à formação do exercício consciente da cidadania.

As leis são redigidas tendo em vista a manipulação verbal e ideológica do sistema. Mesmo que o 1º Grau vise à autorrealização do aluno e uma formação que leve ao exercício consciente da cidadania, na prática, não tem como o aluno ser consciente de sua cidadania em um momento não democrático e autoritário por excelência. Esses elementos mascaram o único objetivo para o qual a Reforma foi realizada: para a qualificação para o trabalho. Esse princípio é claro em toda a legislação educacional do período e é consagrado na Lei 5.692/71 (Abreu, 2008, p. 41).

Entendemos que não é possível ser consciente situado em uma realidade ideológica implantada por um governo que cassa todos os direitos políticos e civis e que proíbe a expressão de ideias e práticas diferentes como subversiva e proíbe a manifestação e o protesto, ou seja, a única consciência subjetiva do cidadão é a necessidade de sobrevivência frente ao Estado Autoritário.

Não se pode criar modelos pré-estabelecidos de consciência de classe ou seja, não se pode determinar a criação e como se dá a consciência, principalmente a consciência de classe, por isso a tentativa de construção de uma história hegemônica tem suas dificuldades para se implantar é preciso compreender a dialética entre o subjetivo do objetivo e compreender a ‘formação sociais e culturais que surgem de processos históricos’ (Martins, 2019, p. 5).

Em 20 de maio de 1970 foi instituído um segundo GT para reelaborar algumas considerações feitas pelo primeiro GT, dessa vez com foco no Ensino Fundamental e Médio, que foram reestruturados. É interessante notar que outros artifícios foram usados para calar a comunidade acadêmica e os demais civis insatisfeitos com toda essa mudança estrutural, com isso foi implantado um dos mais violentos o AI-5 – Ato Institucional nº 5 – que tirou dos brasileiros todas as garantias individuais, além de conceder pleno poder ao Presidente da República para atuar como legislativo e executivo e o Decreto-Lei nº 477/69 que proibiu qualquer manifestação de caráter político docente e discente no âmbito das Universidades pois a partir desse momento, pois a universidade era vista com muita preocupação, além dos manifestos o governo pretendia “investir na universidade a fim de formar mão-de-obra qualificada para a indústria e mercado consumidor” (Paviani, 2014, p. 4).

Em 1967, a Campanha Nacional de Material de Ensino por meio da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) lançou a “Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo”, organizada pelo Padre Fernando Bastos de Ávila que foi referência para os demais materiais que iriam ser produzidos para a propagação da EMC pois mostrava tendência para disciplinar por meio de conhecimentos que viria a ser usado no ensino de EMC. A Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) apresentava uma visão ideológica da EMC se aproximando dos ideais e valores da ESG e reforçava a ideia que a EMC alertava para o combate do perigo subversivo comunista.

Para a CNMC, a consciência moral era algo inato ao homem e que isso não se adquiria ao longo da vida, eram valores universais e imutáveis retirados dos valores cristãos. O conteúdo da maioria dos livros didáticos da EMC giram em torno de três temas: civismo, estado brasileiro e moral, com subtemas: cidadania, patriotismo, nacionalismo, a família e a religião, símbolos da pátria, forma de usar o dinheiro tanto para si quanto para o estado, características do território e o processo de formação do povo brasileiro, quem governa, surgimento da necessidade das leis e descreve a organização política do Brasil a divisão dos três poderes e suas funções e deveres do cidadão brasileiro (Filgueiras, 2007, p. 3-4).

1.5 A DITADURA MILITAR E A EDUCAÇÃO

Até agora percebemos como a formação política, moral e cívica dos cidadãos era considerada prioridade para o Governo Militar que se apropriou de disciplinas como História e Geografia até consolidar-se em uma disciplina própria e prática escolar para criar um novo modelo de cidadão. Desse modo, era importante formar a personalidade das crianças desde cedo para não se tornarem subversivas ao tornar-se adolescentes, com isso foram firmados acordos para as próprias publicações didáticas da EMC que concedeu aos técnicos da USAID o controle da fabricação destes materiais didáticos do menor detalhe como ilustração aos maiores feitos como direito autoral. Ao todo foram mais de 51 milhões de livros nas escolas.

Ao total foram doze acordos, dos quais saliento o nono, assinado em 6 de janeiro de 1967, de cooperação para Publicações Técnicas, Científicas e Educacionais. Esse acordo norteou, juntamente com as designações de outras entidades, como o Conselho Nacional de Moral e Cívica - CNMC, e a Comissão do Livro Técnico e Didático – COLTED (posteriormente, Instituto Nacional do Livro – INL), todas as publicações didáticas direcionadas aos três níveis de ensino, durante todo o período militar (Abreu, 2008, p. 35).

A disciplinarização de conhecimento que viria a ser usado pelos materiais didáticos produzidos era o ensino de EMC foi lançada por meio da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) nomeada de *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*, organizada pelo Padre Fernando Bastos de Ávila e, posteriormente, outros grupos sociais iriam agregar-se à construção destes materiais como militares, católicos e membros da elite. Para tanto, estes materiais deveriam fazer jus aos Decretos-Lei que o consolidou, em destaque o Decreto-Lei 868/1969 e o Decreto-Lei nº 5.692/1971, ambos com orientações para os bons cidadãos de caráter construído pela doutrina ideológica do estado.

O artigo 2º, do Decreto-lei nº 869, discutia algumas das finalidades a serem seguidas como:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições, e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;

- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade (Decreto-lei n° 869/1969).

Com isso, o livro didático era tratado como uma arma de segurança nacional a serviço do desenvolvimento do “Brasil Grande” que está desenvolvendo o país e os cidadãos em todas as esferas educacionais disciplinando e reformulando a aprendizagem. Para os dirigentes da EMC não era o suficiente uma disciplina própria e uma prática educativa respaldadas por leis; mas, era necessária uma reorganização também na formação docente para trabalhar de forma mais efetiva e controlada os ideais transmitidos pelos materiais didáticos, então foi criado os cursos superiores de formação de professores de curta duração, as licenciaturas curtas com o Decreto-Lei n° 547/1969 com o objetivo de preparar minimamente os profissionais da educação para o novo modelo educacional que estava sendo instituído, com isso, os professores perderam sua autonomia docente e o governo passou a vigiar as atitudes subversivas dos professores que poderiam ser uma ameaça, então foi preciso reorganizar a função do professor no período ditatorial. Assim, o governo passa a controlar os professores, materiais didáticos e a formação discente dominando o currículo e os preceitos pedagógicos.

Na escola, o ‘exercício da cidadania’ é guiado por diretores vigilantes, por professores habilitados em licenciaturas curtas, por currículos reformulados dentro das novas normas autoritárias e centralizadores e por livros didáticos editados sob diretrizes manipuladoras, já discutidas. O aluno do 1º Grau – crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos, normalmente -, recebem uma Educação totalmente voltada para a sua adequação ao meio, às práticas cívicas, à obediência e ao respeito cego à Pátria e às suas autoridades, ao respeito inquestionável ao passado e às tradições (Abreu, 2008 p. 42)

Parecia tudo perfeitamente controlado para os dirigentes da ditadura, o que eles não perceberam é que ao mesmo tempo que prendia, torturava e matava entes queridos dos cidadãos, só alimentava a revolta que ia crescendo no interior da sociedade. Desse modo, por mais que nas aulas, nas propagandas e nos materiais falavam de harmonia em prol do bem comum e a democracia da construção de um Brasil grande, os educandos viam na realidade que o governo priorizava a “defesa nacional” mesmo que isso signifique matar um irmão de pátria e familiares “subversivos”. Thompson também mostra a possibilidade através do embate de experiências, a possibilidade de uma classe subordinada preparar uma contra hegemonia, com o intuito de exercer influência na vida intelectual e moral de um determinado (Martins, 2019 p. 10). Por

isso, faz-se importante a pesquisa histórica pois considera experiências de diversos tempos históricos para a constituição das relações sociais e a teoria da multiplicidade e movimento acerca do objeto histórico analisado.

Assim, as classes se fazem, o que expressa um processo ativo, elas são um fenômeno histórico, porque a ação humana se efetiva na história, esta ação sofre determinações do tempo e do contexto onde está inserida, mas esta determinação do tempo e do contexto precisa ser vista como um processo, porque os homens a todo momento estão se transformando e transformando os outros (Martins, 2019, p. 5).

Podemos observar que a maioria dos principais dirigentes da ditadura militar era pertencentes à ESG que afirmavam que em um país existia os governados e os governantes e que essa divisão em classes sempre foi considerada normal de forma que existiam os que mandam (sucessores da elite que sabia o que era melhor para a nação) e os mandados (que eram cidadãos comuns de classes operárias).

1.6 A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA COMO DISCIPLINA E PRÁTICA EDUCATIVA NO GOVERNO MILITAR

Como já observamos anteriormente, a preocupação com a importância da instrução moral e cívica para a prática do patriotismo e da cidadania sempre esteve presente nos debates educacionais desde o Brasil Império, com o diferencial do Brasil Império focar na importância da religião a diferença de ambos se deu com a retirada da moral religiosa e a implementação do civismo republicano que incentivou o processo de desenvolvimento do capitalismo ligados à urbanização e o saber aprendido na escola que o educando levava para casa como uma oportunidade de “capacitismo” dos mais velhos como aprender a ler; e na República a formação cívica era voltada para a valorização da Pátria num modelo religioso laico, pois bem, na Ditadura Militar teremos a idealização da escola enquanto formadora de uma nova nacionalidade para o trabalho.

A Ditadura Militar teve influência do pensamento da terceira república francesa que foi exemplo de modernização para várias nações, acreditava-se que a conduta ética e cívica seria desenvolvida pelo conhecimento científico e racionalidade e a moral e civismo fosse desenvolvida por meio da educação nacional e sistematizada.

A EMC atuava inclusive inculcando valores como obediência, passividade, ordem, fé, “liberdade com responsabilidade” e patriotismo e todos esses valores se encontravam em materiais didáticos. Essa disciplina fazia parte da estratégia psicossocial elaborada pelo governo

militar que atuava nas formas de pensamento e de subjetividades individuais com o objetivo de interferir na dinâmica social, ou seja, moldavam comportamento e convenciam os alunos a contribuir com a manutenção do regime (Nunes; Rezende, s. d., p. 2). A intenção que queria alcançar com a disciplina era o aperfeiçoamento do caráter do brasileiro e ao seu preparo para o perfeito exercício da cidadania democrática (Brasil, 1970, p. 9).

A Educação Moral e Cívica tinha como objetivo a formação do caráter, a formação para a cidadania que deveria ser conduzida através de exemplos como leituras de leis, decorações de poemas cívicos, reflexões de temas morais e culto aos heróis da pátria, pois os “bons hábitos” seriam absorvidos nas reflexões e práticas acerca da família, comunidade, escola e pátria em um plano organizacional da sociedade que cada um cumprisse o seu dever em nome do bem comum moldando, assim, os educandos para os bons hábitos e civilidade. O que nos leva a pensar: qual a relevância de uma disciplina escolar dentro da escola e da sociedade?

Uma disciplina escolar é importante conforme seu estudo revele a sua abrangência para além dos muros da escola e o sentido da ação dos atores históricos envolvidos em sua articulação, execução e divulgação por meio dos saberes transmitidos e construídos nos alunos (Abreu, 2008, p. 47).

A pesquisadora Vanessa Abreu destaca a importância da discussão de moral e civismo na sociedade brasileira ao observar as interações feitas entre escola, sociedade e o Estado, quando afirma que “as transformações ocorridas no ensino de moral e cívica no Brasil acompanham as mudanças, avanços e regressos na concepção de cidadania, no papel da escola na sociedade, nas relações entre Estado e a nação, como um todo” (Abreu, 2008, p. 47).

Dentro de uma organização social, política e econômica a moral e a cidadania relacionam-se com os conceitos de igualdade de direito e deveres. Dessa forma, no currículo, a EMC deveria fazer parte de todos os momentos escolares e não estar restrita somente a uma disciplina. Para tanto, a ideia é que a EMC estaria contida em várias áreas do conhecimento como Geografia, História, Artes, Desenho, Música e Educação Cívica pois a prática educativa do educando baseava-se na ordem física, artística, cívica, moral e religiosa correspondentes à assimilação de outros conhecimentos escolares.

A EMC teve a função de atender o desenvolvimento industrial do país ao mesmo tempo que silenciava as lutas de estudantes e sindicais que lutavam por democracia e, claro, garantir a validade da Lei de Segurança Nacional. Ao longo da EMC várias medidas foram tomadas para centralizar o que acontecia nos espaços escolares somente nas mãos dos dirigentes da

ditadura. Dentre essas medidas destacou-se 02 Decretos: Decreto-Lei nº 869/1969 e o Decreto nº 68.065/1971.

O Decreto-Lei nº. 869, de 12 de setembro de 1969, que configura a EMC como disciplina obrigatória em todos os graus e modalidades de ensino. É discutida no parágrafo único as bases filosóficas que devem motivar a ação por todos os titulares de magistério em qualquer grau de educação visando a formação cívica e das práticas educativas da moral e do civismo nas atividades escolares contendo hábitos democráticos, orientações dos pais, e estudos dos problemas brasileiros desenvolvendo democraticamente movimentos juvenis, atos cívicos e promoção extraclasse, além de estabelecer a atribuição de “Organização Social e Política Brasileira” para grau médio como curso curricular e estabelecer a EMC como complemento de “Estudos de Problemas Brasileiros”.

A implantação da EMC como disciplina em 1969, deveu-se em parte, pela decretação do AI-5 e pela ascensão da Junta Militar. O recrudescimento do regime, com o aumento da repressão e as crescentes cassações e exonerações de membros do próprio CFE, como Anísio Teixeira, possibilitaram o quadro favorável à aprovação da Lei, nos moldes pretendidos pelo Gen. Moacir Araújo Lopes (Filgueiras, 2007, p. 6).

O Conselho Federal de Educação elaborava os currículos e programas para diferentes áreas de ensino, comentando a metodologia aprovada pelo Ministros da Educação e Cultura. Desse modo, visava-se evidenciar diferentes modalidades de ensino e prática educativa pelos materiais didáticos, além de o poder do Presidente da República conceder a CNMC nove membros por seis anos para avaliar e aprovar os materiais produzidos para EMC. O artigo 2º, discutia algumas das finalidades a serem seguidas como:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições, e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;

h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade (Brasil, Decreto-lei nº 869/1969).

Além de formar professores e ter atribuições com recursos necessários material e pessoal. Para a Comissão Nacional de Moral e Civismo caberá especialmente (Brasil, 1969).

- a) articular-se com as autoridades civis e militares, de todos os níveis de governo, para implantação e manutenção da doutrina de Educação Moral e Cívica, de acordo com os princípios estabelecidos no artigo 2º;
- b) colaborar com o Conselho Federal de Educação, na elaboração de currículos e programas de Educação Moral e Cívica;
- c) colaborar com as organizações sindicais de todos os graus, para o desenvolvimento e intensificação de suas atividades relacionadas com a Educação Moral e Cívica;
- d) influenciar e convocar a cooperação, para servir aos objetivos da Educação Moral e Cívica, das Instituições e dos órgãos formadores da opinião pública e de difusão cultural, inclusive jornais, revistas editôras, teatros, cinemas, estações de rádio e de televisão; das entidades esportivas e de recreação, das entidades de casses e dos órgãos profissionais; e das empresas gráficas e de publicidade;
- e) assessorar o Ministro de Estado na aprovação dos livros didáticos, sob o ponto de vista de moral e civismo, e colaborar com os demais órgãos do Ministério da Educação e Cultura, na execução das providências e iniciativas que se fizerem necessárias, dentro do espírito deste Decreto-lei.

Vários saberes foram retirados de outras disciplinas para compor a EMC para assim ser a disciplina que forma politicamente o caráter e preparo dos cidadãos para proteger a pátria sobretudo dos perigos comunistas e contribuir para a elevação econômica brasileira. Para tanto, podemos perceber como a história nos aponta a intencionalidade das ações humanas pelos registros deixados ao longo do tempo, registros estes escritos ou orais estabelecendo relações de diferentes acontecimentos históricos em um determinado tempo regularizando o processo histórico de cada grupo social.

O Decreto nº. 68.065, de 14 de janeiro de 1971, ficou responsável por estabelecer normas para a aplicação do Decreto-lei nº 869/1969. A base filosófica que motiva a aplicabilidade desde decreto é o desenvolvimento de hábitos democráticos e morais. Por meio desse Decreto, o CFE, com a colaboração da CNMC, ficou responsável por elaborar o currículo e cursos levando em consideração

- a) a disciplina Educação Moral e Cívica deverá integrar o currículo de, ao menos, uma das séries de cada ciclo do ensino de grau médio e de uma série do curso primário;

- no educandário em que ‘Organização Social e Política Brasileira’ não constar do currículo de acordo com a Indicação nº 1 do Conselho Federal de Educação ou com disposições análogas do Conselho Estadual competente, o seu conteúdo será ministrado obrigatoriamente como parte integrante da Educação Moral e Cívica na 4ª série do 1º ciclo e em uma das séries do 2º ciclo, sem substituir o que dispõe a alínea anterior;
- b) a Educação Moral e Cívica como prática educativa deverá ser ministrada, ao menos, nas séries dos cursos primários e médios não integrados, pela disciplina Educação Moral e Cívica ou Organização Social e Política Brasileira;
- c) a Educação Moral e Cívica deverá constituir preocupação geral da escola, merecendo o cuidado dos professores em geral e, especialmente, daquelas cujas áreas de ensino tenham com ela conexão, como: Religião, Filosofia, Português e Literatura, Geografia, Música, Educação Física e Desportos, Artes Plásticas, Artes Industriais, Teatro Escolar, Recreação e Jornalismo (Brasil, 1971).
- d)

A Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) foi regulamentada através desses decretos que certificou a EMC que passou a ser uma doutrina nas escolas como disciplina e prática educativa. A partir desses acontecimentos, todas as séries do 1º Grau (1ª a 7ª séries) tiveram a EMC implantada como atividade, e na 8ª série a EMC foi implantada com conhecimentos sistematizados podendo intercalar com atividades. Enquanto disciplina e atividade de 1ª a 7ª séries, a EMC era destinada “à assimilação de conhecimentos sistematizados e progressivos [...], fundamentalmente visando a transmissão de conhecimentos” (Parecer nº. 94/71). Dessa forma, esvaziava-se o ensino, na prática, de atitudes de construção da própria realidade (Abreu, 2008, p. 52).

No Art. 10. São atribuições da CNMC:

- a) implantar e manter a doutrina da Educação Moral e Cívica, de acordo com os princípios estabelecidos no Art. 3º, articulando-se para esse fim, com as autoridades civis e militares, de todos os níveis de governo;
- b) colaborar com o Conselho Federal de Educação na elaboração dos currículos e programas básicos de Educação Moral e Cívica;
- c) fixar medidas específicas no referente à Educação Moral e Cívica extra-escolar;
- d) estimular a realização de solenidade cívicas ou promove-las, sempre que necessário;
- e) colaborar com as organizações sindicais de todos os graus para desenvolver e intensificar as suas atividades relacionadas com a Educação Moral e Cívica; influenciar e convocar à cooperação, para servir aos objetivos da Educação Moral e Cívica as instituições e órgãos formadores da opinião pública e de difusão cultura, inclusive jornais, revistas, teatros, cinemas, estações de rádio e de televisão entidades esportivas, de recreação, de classe e de órgãos profissionais;
- f) assessorar o Ministro de Estado da Educação e Cultura na aprovação dos livros didáticos do ponto-de-vista de moral e civismo;
- g)

- h) colaborar com os demais órgãos do Ministério da Educação e Cultura na execução das providências e iniciativas que se fizerem necessárias para o cumprimento deste Regulamento;
- i) articular-se com as autoridades responsáveis pela censura no âmbito federal e estadual, tendo em vista a influência da educação assistemática sobre a formação moral e cívica;
- j) promover o conhecimento do Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969 e deste Regulamento por meio de publicações e impressos, notícias e artigos em jornais, e revistas, rádio e televisão, e por palestras;
- l) sugerir providências para a publicação de livros, fascículos, impressos, cartazes ou cartazes de difusão adequada das bases filosófico-democrático-constitucionais prescritas no Decreto-lei nº 869 de 12 de setembro de 1969, e neste Regulamento, bem como de trabalho de fundo moral e cívico;
- m) expedir, sob forma de resolução, instruções, pareceres e outros provimentos necessários ao perfeito cumprimento do Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, e deste Regulamento. (Brasil, 1971)

É interessante como a CNMC tem um objetivo para além da educação quando se lê “implementar e manter a doutrina”, “influenciar a cooperação de instituições e órgãos formadores de opinião pública”, “articular com autoridades responsáveis pela censura”. Estes termos estão presente sem nenhum mascaramento de seus mais sinceros desejos para a sociedade. Pergunto-me como era viver nesta época vendo a autoridade censurar e repudiar tudo que vai contra seus ideais e não poder fazer nada, assistir os direitos de liberdade ser invalidados de uma forma tão desumana sem condições igualitárias, sem voz para o diverso, sem apropriação de culturas diferentes. Alves (2022) nos diz que “o controle de pensamento, a liberdade de expressão e o apego extremo à religião, são elementos fundamentais para a construção de disciplinas autoritárias” e estas disciplinas desenvolve “no estudante brasileiro através do governo um homem com as seguintes características: acomodado, inerte e domesticado” (Alves, 2022, p. 12).

Para Martins (2019), “é preciso fazer uma reflexão sobre o conteúdo das propostas educacionais e das práticas pedagógicas, principalmente nos séculos XX e XXI. A educação política e a educação escolar formam uma totalidade histórica” pois a partir das experiências vividas e conflitos, principalmente, nos espaços escolares possibilita, tal construção crítica é desenvolvida de modo processual como campo de luta e de diversidade. Acredita-se que “uma formação humana emancipadora se constrói na interseção entre história, trabalho, política e cultura” (Martins, 2019, p. 12).

A prática educativa fazia-se importante na construção de hábitos na tentativa de criar uma tradição ideológica inerente à vida social, por isso a importância na construção da CNMC que estabeleceu nas escolas os Centros Cívicos Escolares (CCE) a fim de inculcar, além dos muros escolares, comunidades estipulando grêmios estudantis para disseminar novas diretrizes

educacionais e manter a vigilância de práticas consideradas subversivas. Para os dirigentes da ditadura a escola deveria se igualar a sociedade numa espécie de democracia de forma irradiar suas atividades para a comunidade.

Percebe-se que essa doutrina moral e cívica possuía um caráter de controle das atividades de juventude disciplinando pensamentos e atitudes dos educandos, pais e professores ao patriotismo exagerado. As práticas estabelecidas tentavam influenciar de forma significativa os objetivos fundamentais da escola aperfeiçoando o caráter do aluno e o preparando para a vida em sociedade de forma eficiente e os CCE's possuíam a importância de manter em foco na preparação da juventude o distanciamento das reflexões sobre as contradições existentes no poder.

Em nenhum momento, as recomendações ou textos das leis utilizam verbos que denotem ação de 'transformação', apenas de 'adequação', como os acima observados: 'aprimorar', 'aperfeiçoar', 'formar', 'respeitar', 'acatar', 'divulgar'. Ao jurar no código de honra 'respeitar as autoridades constituídas', o aluno do CCE estava, na verdade, se comprometendo a não lutar contra a ditadura militar e a aceitar a sua 'democracia' imposta. Ser 'flexível' às orientações do CCE significava aceitar a centralização de decisões imposta pelo Estado à escola e à sociedade. Ou seja, todos os objetivos citados acima levavam à manutenção da Ordem que estava sendo implantada, e que precisava ser legitimada para que o ideal de desenvolvimento e progresso fosse viável e 'autorizado' pela sociedade (Abreu, 2008, p. 55).

Era necessário que os educandos fossem educados de forma a não questionar, não criticar os acontecimentos que passavam diante de seus olhos com isso. Assim, o governo apoiou-se no Decreto nº. 68.065/1971 que enfatizava a propagação da solenidade cívica e moral em todas as esperas da sociedade, como exemplo, desfiles cívicos em homenagem aos heróis da pátria, ao civismo, ao hino, à bandeira e até mesmo a heróis da época considerados como exemplos jogadores de futebol que em campeonatos se destacavam em propagandas com frases como "Pra Frente Brasil" onde sempre era reforçado o Brasil em crescimento, um "Brasil Grande", que desviava a atenção da população para os acontecimentos repressivos praticados pelo Estado.

Outra Lei que abalou a estrutura das diretrizes às bases da educação foi a Lei 5.692/1971 que limitou as ações do ensino de História, Geografia, Sociologia e Filosofia, o que limitava e até mesmo impedia muitos professores a ministrar aulas pois alguns conteúdos na visão dos dirigentes da ditadura enxergavam parte destas disciplinas de cunho de "esquerda" e que por isso teriam que ser combatidas pelo regime que posteriormente seria substituídas por "estudos sociais" além de modificar a duração do 1º grau passou de quatro para oito anos e o 2º grau que tinha a ênfase em ensino técnico para formar profissionais para o mercado de trabalho pela

obrigatoriedade da profissionalização, ou seja, o trabalho não possui princípio educativo, mas, sim, de caráter de mão de obra minimizando a capacidade de pensar.

Com a substituição das disciplinas de História e Geografia por “Estudos Sociais” revelou-se ainda mais a intenção do esvaziamento dos conteúdos pela troca de uma aprendizagem a base de decorações de datas, nomes e fatos importantes para o desenvolvimento nacionalista, reduzindo os Estudos Sociais a noções de espaço da escola, do bairro, da casa, da rua, para ir se ampliando, chegando ao estudo da cidade, do estado e assim por diante. Além de anular a liberdade de formação e de pensamento e saldar a adoração a pátria, aos heróis, ao trabalho e ao civismo.

1.7 OS LIVROS DIDÁTICOS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

O livro didático revela-se como uma das fontes primordiais de análise histórica documental por se mostrar o que era/deveria ser ensinado em cada momento da história, portando saberes sistematizados por um determinado grupo na sociedade em um recorte de tempo histórico. Para Honorato e Gusmão (2019, p. 10):

O livro didático revela traços da cultura societária que o elaborou, ele explicita finalidades de uma disciplina escolar destinada à formação dos indivíduos em sociedade. Ao analisá-lo pode-se observar transformações referentes ao contexto sócio-histórico, pois faz parte de suas finalidades a difusão e a consolidação de conteúdos e valores socioculturais e políticos que se desejavam evidenciar e praticar em um determinado tempo e espaço da cultura escolar.

Os estudos sobre a história das disciplinas iniciaram-se na década de 1970 motivados a entender os desencadeamentos pela história cultural e escolar. Bittencourt (2004) indica quatro categoria de análise do livro didático são elas: mercadoria, depositário dos conteúdos escolares, instrumento pedagógico e veículo portador de um sistema de valores, ideologia e cultura.

Os livros didáticos produzidos para a inserção da EMC nos âmbitos escolares “foram um dos principais difusores do programa curricular que seguiam fielmente o programa oficial” (Paviani, 2014, p. 6). Para tanto, com um ensino linear o livro didático se torna peça fundamental no processo educacional legitimando os feitos militares e idealizando fatos políticos dos grandes nomes e grandes fatos da pátria nas disciplinas de Educação Moral e Cívica, Estudos Sociais e História.

Paviani (2014) afirma que “a Educação Mora e Cívica parte da premissa de que para agir bem era necessário conhecer o Bem, com isso se conclui que para ser um bom cidadão é

fundamental conhecer os seus direitos e deveres, morais, cívicos e políticos”, o que mencionaremos mais à frente na análise do livro “Construindo o Brasil”.

Uma das maiores preocupações da EMC era a subversão comunista e o livro didático de EMC teve um papel primordial para “educar civicamente” com os ideários do regime através da “democracia” que era adotada para justificar as atitudes dos dirigentes da ditadura nos âmbitos econômicos, políticos, sociais e educacionais. Para tanto, para combater o comunismo era necessário conservar e corrigir a democracia com vantagens visíveis pela aplicação das leis e o respeito a autoridade fundamentada no respeito a moralidade. Os dirigentes da ditadura enfatizavam que a “revolução” era democrática juntamente com o golpe pois atendia os anseios da população, uma tentativa de legitimar as ações do governo e do seu mandato.

Portanto podemos perceber a relevância da EMC e o motivo de tantos Decretos e Leis para consolidá-la. Todos os conceitos, normas, regras e deveres impostos pelos ideais da ditadura não correspondiam a realidade, era uma ideologia inventada para recriar a cultura e costumes de toda uma nação, mesmo que custe a desconstrução de conceitos, vivências e costumes existentes que se refletem nas obras didáticas de moral e civismo.

Os livros tinham embasamentos em dois documentos significativos: Subsídios para Currículos e Programas Básicos de Educação Moral e Cívica elaborado pela CNMC aprovado pelo Parecer nº 101, de 1970, e do CFE pelo Programa Curricular da Disciplina de Educação Moral e Cívica, estabelecido pelo Parecer nº 94, de 1971. Ambos os embasamentos possuíam a premissa da formação do bom cidadão. Os temas orientados pela CNMC relacionados a moral, religiosidade e patriotismo tinham suas convicções apoiadas na doutrina da Segurança Nacional da ESG. Tanto a CNMC e a CFE tiveram sua importância na implantação e validação da EMC e na vigilância do comportamento social, mesmo o CFE sendo contra a obrigatoriedade da EMC como disciplina escolar específica. Assim, para eles era mais viável como uma prática educativa voltada ao estudo de problema brasileiro o que nos mostra uma disputa pelo poder da EMC dentro da elite dos dirigentes militares, o que Alves (2022) irá considerar como a

Educação Moral e Cívica (EMC), Organização Social e Política do Brasil (OSP) e Estudo(s) de Problemas Brasileiros (EPB) fazem parte de uma só disciplina. Compreendemos que Educação Moral e Cívica é o nome dela como um todo, portanto, são três denominações diferentes aplicadas para níveis escolares diferentes, mas a disciplina é a mesma originária da disciplina de moral e civismo reinventada pelo decreto-lei nº 869 de 12 de setembro de 1969 (Alves, 2022, p. 9).

Os conteúdos dos livros didáticos de EMC eram compostos por saberes e exercícios práticos para facilitar a internalização da personalidade do homem civilizado dotado de valores

e virtudes, direitos e deveres, hábitos e costumes dos ideais do “bom cidadão”. Honorato e Gusmão (2019) vão discutir os atributos de “homem civilizado” como

O homem civilizado deveria (auto)controlar seus impulsos considerando os códigos de comportamentos e sentimentos morais, religiosos, patrióticos e cívicos presentes nos livros de EMC, particularmente nos conteúdos sobre a formação da personalidade do indivíduo (valores, virtudes, direitos, deveres, hábitos e costumes) e sobre a constituição de configurações sociais (família, escola, igreja, forças armadas, estado nacional) (Honorato; Gusmão 2019, p. 2).

Para inculcar padrões comportamentais considerados civilizados os valores e virtudes foram impostos como obrigatórios nos livros didáticos. Estes sentimentos deveriam fortalecer a identidade nacional de todos os cidadãos, pois a virtude é atribuída a vida espiritual da relação do homem com Deus.

Por isso, seria nobre o estudante interiorizar preceitos morais, espirituais, intelectuais, cívicos e materiais que estivessem relacionados à tolerância, prudência, perseverança, passividade, obediência, justiça, trabalho, ordem, respeito às autoridades e patriotismo no intuito de manutenção e legitimação do regime autoritário de governo (Honorato; Gusmão 2019, p. 21).

O livro didático também disseminava os direitos e deveres estabelecidos para o homem ser considerado civilizado “deveria apresentar e reproduzir bons comportamentos como cultivar a memória dos grandes homens, respeitar os símbolos nacionais, reverenciar a bandeira, possuir bons atos humanos de cortesia, de defesa, de abnegação e de heroísmo” (Honorato; Gusmão, 2019, p. 22) ou seja, um bom cidadão cumpre os deveres com a pátria, principalmente contribuindo para o crescimento do país e exerce plenamente sua cidadania com moral, civismo e patriotismo.

Hábitos e costumes também eram bastante discutidos nos livros didáticos em contraposição aos vícios como soberba, presunção, vanglória, avareza, luxúria, inveja, ira, gula e preguiça e que cada indivíduo deveria se policiar contra esses costumes nocivos de forma a procurar ser mais cordial, respeitoso, pontual e detentor de um vocabulário mais adequado praticando o autocontrole e colaborando para a reprodução de uma sociedade harmoniosa e respeitosa com o próximo e com as instituições de ensino e trabalho com bons costumes e cumprimento dos deveres. Para fixar todos esses preceitos eram usadas nos livros estratégias de fixação e memorização como questionários, jograis, frases a serem completadas, palavras cruzadas, debates de opiniões, ligações de sentenças, pesquisas com pessoas de sua comunidade

entre outros a fim de que os educandos internalizassem e reproduzissem todos os ideais contidos no livro em suas vivências.

Em síntese, os materiais didáticos moldavam os cidadãos independente de sua formação escolar e nível escolar como se portar na sociedade, o que pensar, como falar os deveres, obrigações, direitos e hábitos de um cidadão responsável e comprometido com o desenvolvimento do país e da cultura brasileira com valores cristãos, morais, conservadores de ideais da família tradicional e da segurança nacional e econômica levando em consideração os preceitos das instituições com maior relevância social devotada de respeito e compromisso, sendo elas: Estado, Escola, Família, Igreja e Forças Armadas.

Percebemos ao longo deste capítulo o visível desejo de guiar o povo brasileiro para um novo modelo de sociedade, nação e cidadão com metas predeterminadas para consolidar um projeto societário controlando a sociedade e os projetos educacionais através das políticas vigentes no período de ditadura militar. Não houve uma educação que considerasse a dialética entre experiência e educação que possibilitasse a emancipação abordada por Thompson. Não houve espaço para o diferente, para a experiência que é considerada uma categoria fundamental da relação entre o ser social e a consciência social.

Percebemos a tentativa dos dirigentes da ditadura em legitimar o seu poder através da educação, da legislação e da censura, a EMC se concretizou como um projeto político de controle do bom cidadão promovendo o exercício da cidadania no controle ideológico, econômico e político. Aprofundaremos no capítulo II desta dissertação a análise do livro didático “Construindo o Brasil” (1970), de Gabriel Galache, dialogando com os objetivos definidos no Decreto-Lei nº 869/1969 dando continuidade à análise do material didático.

2 O LUGAR DO HOMEM-CÍVICO NO LIVRO DIDÁTICO E NA SOCIEDADE BRASILEIRA ATRAVÉS DE UM OBJETO CULTURAL

Quem construiu Tebas, a de sete portas?
 Nos livros vem o nome dos reis,
 Mas foram os reis que transportaram as pedras?
 Babilônia, tantas vezes destruída
 Quem outras tantas, a reconstruiu?
 Em que casa de Lima Dourada morava seus obreiros?
 No dia em que ficou pronta a muralha da China
 para onde foram seus pedreiros?
 (Bertold Brecht, Perguntas de um operário letrado)

Este capítulo tem como ênfase a análise de um livro didático produzido em 1970 pelos dirigentes da ditadura militar intitulado “Construindo o Brasil”. Este é um dos exemplos de produção para a educação básica no país. O intuito deste capítulo é verificar qual a intencionalidade da ditadura militar para a educação brasileira ao mesmo tempo que fazemos um debate teórico com historiadores a cerca desse tema e como a agência humana agiu em favor dos militares. Afinal, Como o livro didático “Construindo o Brasil” apresenta o lugar do homem-cívico dentro da disciplina EMC?

A análise do conteúdo como metodologia de pesquisa nos permite entender a funcionalidade de linguagem proposta pelo autor de determinada obra didática conforme nos apresenta Laurence Bardin (2011), ela nos permite compreender as visões de mundo, as informações e as seleções culturais feitas para a escrita daquela narrativa didática como destaca Raymond Williams (2011).

Segundo Didier Moraes (2010), o designer das capas apresenta uma marca registrada desde produto cultural, que neste contexto não era dado uma importância dentro do mercado editorial brasileira, mas que possuía uma intencionalidade. Queremos entender sua ideologia e importância para a análise do período histórico em que estamos estudando. A análise da capa, do sumário, dos capítulos e subtítulos, das referências bibliográficas, das imagens e textos permitem ver o livro didático de História como um produto cultural específico característico daquela determinada sociedade. Neste sentido, a disciplina EMC será entendida a partir da legislação e do livro Construindo o Brasil chancelados pelo MEC.

Segundo Alain Choppin (2004), os livros didáticos vêm tendo um olhar especial dos historiadores e dos bibliógrafos há exatamente 30 anos e nestas pesquisas e análise conhecemos o tipo de sociedade que existia em determinada época, ou melhor dizendo que tipo de sociedade pretendia-se formar para aquele momento no Brasil. Os materiais didáticos por muito tempo foram vistos somente como um objeto que ensinaria os alunos conteúdos científicos e

específicos de cada disciplina para agregar em um cidadão que preenchesse os requisitos de conhecimentos básicos que a indústria e o mundo de trabalho precisassem para o uso de mão de obra, o que vem sendo analisado nesses anos durante essa nova perspectiva de análise do material didático é a ideologia política e psicossocial que se camuflou dentro dos materiais didáticos na tentativa de construir um novo modelo de cidadão.

2.1 O LIVRO DIDÁTICO “CONSTRUINDO O BRASIL” E SUA ABORDAGEM DIDÁTICA DO HOMEM-CÍVICO

Publicado pela editora Loyola, o livro “Construindo o Brasil: educação moral, cívica e política” dirigido pelo professor Gabriel Galache, direcionado às últimas séries ginasiais e os primeiros anos do curso colegial, sendo aprovado e recomendado pela Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) tendo como coordenador da Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo Pe. Fernando Bastos Ávila, publicado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Os prefácios e as orientações presentes permitiram o objetivo e a finalidade da disciplina, explicando sobre a escolha dos conteúdos programáticos, indicam a metodologia de ensino-aprendizagem e sugerem atividades a serem realizadas dentro e fora da sala de aula, tendo em vista que nas outras matérias curriculares passam quem sabe e nesta deve passar quem faz, segundo o prefácio de Fernando Bastos.

Analisando a capa do livro podemos perceber a ênfase que é colocada no ‘bem comum’ quando é selecionado para capa uma foto tirada de estudantes de Brasília que colaboraram com operários na construção de moradias a partir de uma iniciativa de um projeto intitulado “10 Construindo para 10”, além deste projeto também tinha o Projeto Rondon e a Operação Mauá que enfatizavam a colaboração de jovens universitários nas construções das comunidades do interior do país.

Ao longo do capítulo perceberemos que o governo militar se apossa de bastantes projetos com jovens com o objetivo de descentralizar os jovens para as investidas do governo, os mantendo ocupados em projetos complementares aos cursos e/ou suplementares nas férias. Para que estes livros circulassem pelas escolas como material didático é preciso ser aprovado por uma comissão especialista e preparada segundo os militares. Para tanto, a CNMC contava com os mais diversos grupos de integrantes desde militares a pessoas de classe alta sem especialidade na área. A estratégia de utilizar o livro didático como objeto de intervenção dos governos militares se camufla como um simples material didático para completar a matriz curricular de estudo.

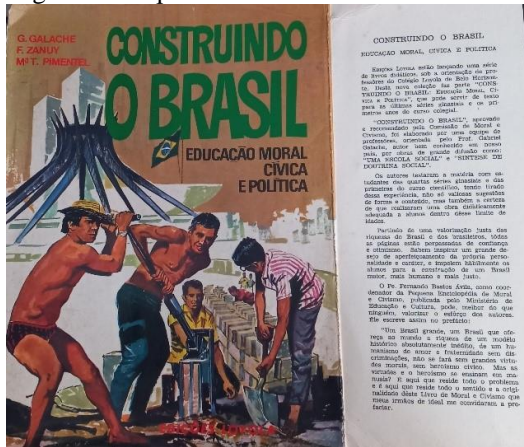
Inicialmente, para os contemporâneos, alunos, pais, professores, os livros escolares participam do universo cotidiano: eles não apresentam nada de raro, exótico, singular; parecem mesmo intemporais, na medida em que transcende a clivagem entre as gerações. Essa banalidade, familiaridade, proximidade confere nas obras escolares menos valor visto que são produzidas, hoje em grande quantidade, dezenas de milhões de exemplares, atualmente, em países como a França ou, até mesmo, bilhões de exemplares, como na China. O considerável volume de tiragens, mas também as subvenções, diretas ou indiretas, cuja produção é beneficiada, em grande número de países, contribuem para fazer dos manuais escolares produtos editoriais comparativamente pouco onerosos e, portanto, pouco valorizados (Choppin, 2012, p. 2).

A busca pela análise dos materiais didáticos por parte dos historiadores também tinha influência sobre o tempo que os livros ficavam em circulação em cada governo, pois, era muito difícil achar uma coleção por completo após expirar o prazo de posse de cada governo vigente. Por ser caracterizado como algo normal os livros didáticos passaram por despercebidos na época de utilização, “Construindo o Brasil” é um exemplo de material didático que inculca valores e preceitos de forma natural e despercebido aos olhos de quem os via durante os estudos. Dessa forma, tais materiais não são apenas o reflexo de determinada sociedade, e sim o modelo de sociedade que se esperava criar.

Os manuais representam para os historiadores uma fonte privilegiada, seja qual for o interesse por questões relativas à educação, à cultura ou às mentalidades, à linguagem às ciências... ou ainda à economia do livro, às técnicas de impressão ou à semiologia da imagem. O manual é, realmente, um objeto complexo dotado de múltiplas funções, a maioria, aliás, totalmente despercebidas aos olhos dos contemporâneos. É fascinante - até mesmo inquietante - constatar que cada um de nós tem um olhar parcial e parcializado sobre o manual: depende da posição que nós ocupamos, em um dado momento de nossa vida, no contexto educativo; definitivamente, nós só percebemos do livro de classe o que nosso próprio papel na sociedade (aluno, professor, pais do aluno, editor, responsável político, religioso, sindical ou associativo, ou simples eleitor,...), nos instiga a ali pesquisá-lo. (Choppin, 2012, p. 9-10).

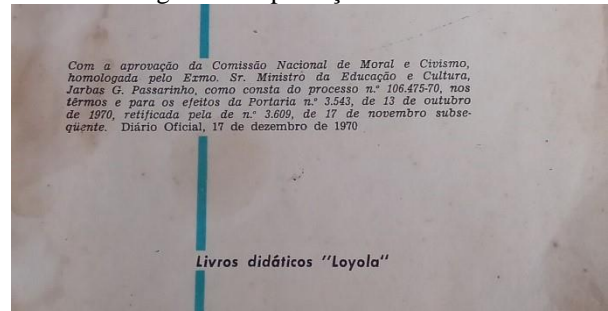
Agora, verificaremos como o material didático “Construindo o Brasil” se apresenta na sociedade e, principalmente, como usam desses elementos básicos para inculcar valores como moral, civismo, consciência política e o exercício do bom cidadão e na socialização, aculturação e doutrinação da juventude.

Figura 1 – Capa do livro “Construindo o Brasil”



Fonte: Galache, Zanuy e Pimentel (1970).

Figura 2 – Aprovação da CNMC



2.1.1 Estrutura do livro, prefácio e orientações

O livro “Construindo o Brasil” possui 310 folhas, foi lançado em 17 de dezembro de 1970, é formado por cinco partes subdivididos em 32 capítulos que discutem sobre direitos e deveres, valores, a sociedade em família, orientação para namoro e noivado, a comunidade escolar, dignidade de trabalho, descanso, sociedade civil, Estado, pátria, símbolos nacionais, Deus entre outros assuntos que vão de questões escolares ao mais íntimo da vida dos educandos, sempre instruindo as atitudes certas para cada momento da vida ressaltando sempre o bem comum como moralmente adequado e imoral as atitudes que fogem do padrão de vida imposto.

Figura 3 – Prefácio (I)

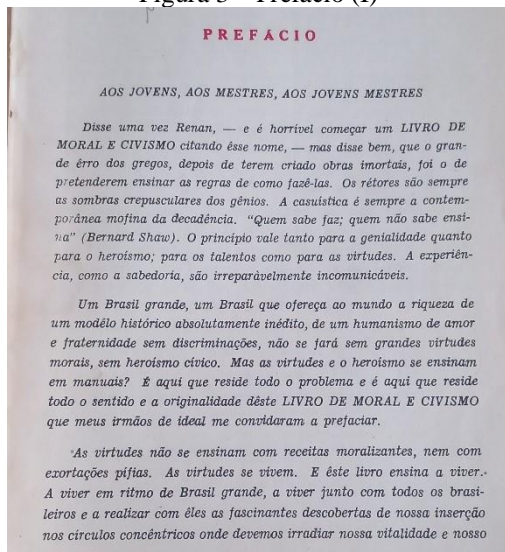
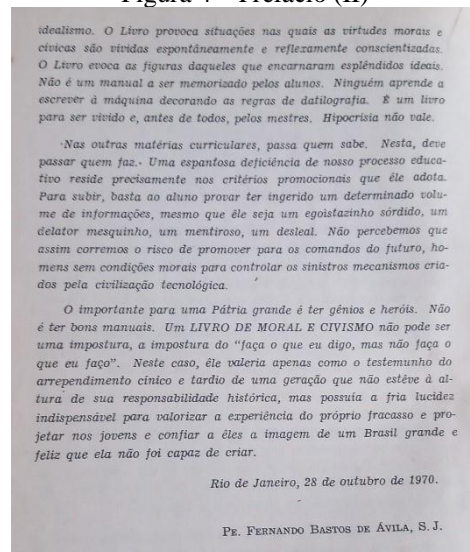


Figura 4 – Prefácio (II)



Fonte: Galache, Zanuy e Pimentel (1970).

O prefácio, que está a parte da contagem de capítulos, é destinado aos jovens e aos mestres. Nele é enfatizado a construção da pátria por gênios e heróis, faz pensar que o livro em si não é um manual do que fazer, mas sim é a instrução de como fazer internalizando preceitos de moral, virtude e civismo colocando a responsabilidade do desenvolvimento do país na capacidade que cada estudante e mestre tem com a construção de um Brasil Grande, deixando bem claro que “nas outras matérias passa quem sabe, nesta passa quem faz” quem vive o que se acredita ser boas atitudes de um cidadão cívico. É provocado ao longo dos capítulos situações nas quais os educandos precisam despertar-se “espontaneamente” com virtudes morais e cívicas reflexivamente conscientizados colocando-os para viver o livro como se vive a própria existência. Choppin (2004) discute que o estudo histórico dos livros didáticos exerce quatro funções essenciais, são elas:

1. Função referencial, também chamada de curricular ou programática, desde que existam programas de ensino: o livro didático é então apenas a fiel tradução do programa ou, quando se exerce o livre jogo da concorrência, uma de suas possíveis interpretações. Mas, em todo o caso, ele constitui o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações.
2. Função instrumental: o livro didático põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades que, segundo o contexto, visam a facilitar a memorização dos conhecimentos, favorecer a aquisição de competências disciplinares ou transversais, a apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas, etc.
3. Função ideológica e cultural: é a função mais antiga. A partir do século XIX, com a constituição dos estados nacionais e com o desenvolvimento, nesse contexto, dos principais sistemas educativos, o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político. Essa função, que tende a aculturar — e, em certos casos, a doutrinar — as jovens gerações, pode se exercer de maneira explícita, até mesmo sistemática e ostensiva, ou, ainda, de maneira dissimulada, sub-reptícia, implícita, mas não menos eficaz
4. Função documental: acredita-se que o livro didático pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de textos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno. Essa função surgiu muito recentemente na literatura escolar e não é universal: só é encontrada — afirmação que pode ser feita com muitas reservas — em ambientes pedagógicos que privilegiam a iniciativa pessoal da criança e visam a favorecer sua autonomia; supõe, também, um nível de formação elevado dos professores (Choppin, 2004, p. 5).

Para a organização dos capítulos resolvemos elaborar um quadro para melhor verificação do que era abordado durante as aulas de Moral e Civismo. Os conteúdos apresentados no livro giram em torno de três temas: Educação Moral, Cívica e Política na formação dos indivíduos das séries iniciais. Estes temas apresentam por sua vez em cinco capítulos:

Quadro 1 – Conteúdos do livro “Construindo o Brasil”

1º Parte: Visão Democrática do Homem
02. Visão do Homem: Valor e igualdade das pessoas
03. Visão do Homem: O homem tem direitos e deveres
04. Visão do Homem: O homem é um ser social
05. Progresso Humano
06. 1º Lei da vida em sociedade: A verdade
07. 2º Lei da vida em sociedade: A justiça
08. 3º Lei da vida em sociedade: A liberdade
09. 4º Lei da vida em sociedade: O amor
10. 5º Lei da vida em sociedade: Solidariedade na convivência humana
2º Parte: Visão das Sociedades
11. A sociedade familiar
12. Orientação para o namoro e o noivado
13. A comunidade escolar e o estudo
14. Valor e dignidade do trabalho
15. A profissão
16. O homem e os bens da terra
17. Descanso, esporte, espetáculo, grupos juvenis
18. O Estado: Origem, definição e elementos construtivos
19. O Estado moderno
20. Sociedade Civil: Autoridade e bem comum
3º Parte: Visão do Brasil
21. Brasil: Pátria, União, Estados e Municípios
22. Brasil; Ordem e progresso
23. Os símbolos nacionais
24. As Forças Armadas e o Serviço Militar
25. Brasil: Principais datas brasileiras
4º Parte: Visão de Deus no mundo
26. Visão de Deus no mundo
27. A união com Deus: Religião
28. A religião no Brasil
29. O homem em ação: Moralidade dos atos humanos
30. A moral: os valores, as virtudes morais
5º Parte: O mundo Unido
31. Solidariedade internacional
32. Organização internacionais

É intercalado texto e exercício em cada capítulo. Assim, os exercícios são estímulos para a discussão dos assuntos apresentados com proposta na reflexão sobre a realidade dos alunos. Cada capítulo incita o aluno a dar sua opinião e pensar sobre o tema tratado. As atividades ao longo do livro são elaboradas por questionários, debates e exercícios nos conteúdos veiculados nos livros didáticos. O questionário era responsável por levantar questões acerca do que foi aprendido no capítulo para determinar que o educando conseguiu assimilar o tema discutido, os debates possuíam importância para o professor avaliar como é vista a situação pelos alunos verificando as opiniões e fazendo o exercício uns com os outros de dialogar sobre o que se aprendeu, o que o aluno pensa e a vida cotidiana e, por fim, os exercícios tinham foco de fazer com que os alunos praticassem na vida real o que foi discutido em sala, seja uma pesquisa, uma leitura, um poema, uma entrevista, um trabalho de melhoria, um

trabalho de verificação de problemática, sempre era posto em xeque a realidade do aluno e como ele resolveria na sua comunidade e/ou vida pessoal.

Figura 5 – Atividades elaboradas (I)

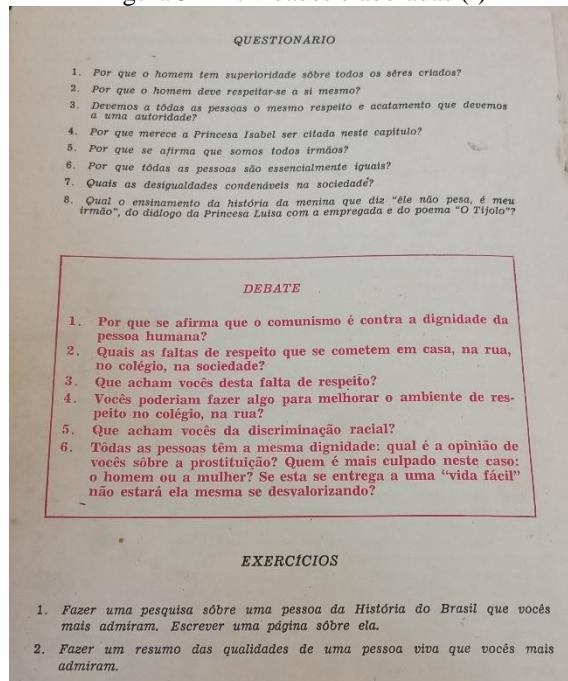
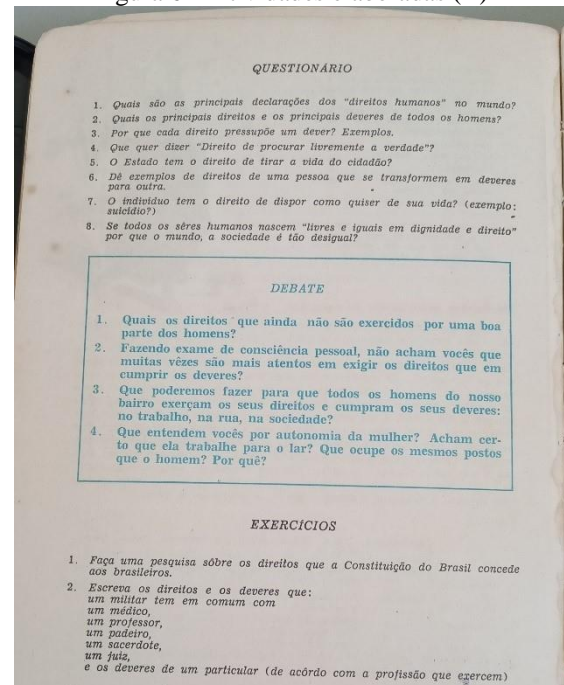


Figura 6 – Atividades elaboradas (II)



Fonte: Galache, Zanuy e Pimentel (1970).

2.1.2 Análise do capítulo do livro "Construindo o Brasil (1970)"

Pensando os 32 capítulos do livro para que o leitor pudesse ter a melhor compreensão da finalidade de meus objetivos conversados com o Decreto-Lei nº 869/1969 resolvi avaliar algumas situações descritas no livro de acordo com cada alínea do decreto referido, com o objetivo de proporcionar uma leitura mais dinâmica no quesito legislativo e de análise do material.

Estes capítulos selecionados e chancelados pela CNMC dialogam com o citado Decreto-Lei que dispõe sobre a inclusão da disciplina nos âmbitos escolares, decretado pelo Art. 2º "A educação Moral e Cívica", apoiando-se nas tradições nacionais, que tinha como finalidade:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos 2 valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;

- d) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

Com isso, verificaremos a seguir algumas considerações extraídas do livro “Construindo o Brasil” relacionadas às alíneas do Decreto-Lei nº 869/1969.

2.1.3 Visão “democrática do homem”: Decreto-Lei nº 869/1969, alínea a

A convivência em sociedade é extremamente importante e por isso cabe ao professor apresentar métodos socializadores como a formação de grupo na sala de aula. Para os membros do grupo são designadas funções como animador, coordenador, secretario, relator e os outros participantes; assim, o elemento em comum que o livro leva em consideração para estes membros é a afinidade uns com os outros e a meta comum do estudo da Educação Moral e Cívica. As revisões se dão por individual, grupal e geral para que o aluno fale de si, dos colegas e dos processos de desenvolvimento do grupo, esses feitos foram de forma democrática, justa e harmoniosa por todos os membros levando em consideração o respeito para alcançar o bem comum, corrigindo os alunos que manifestam ideias contraditórias imorais a do senso comum do esperado do grupo na sala de aula pois “todas as pessoas tem dignidade e valor, por isso cada uma deve respeita-se a si mesmo, ter autodisciplina, ordenar sua vida moral, seu comportamento afetivo e sexual, não deixar que os interesses materiais se proponham aos espirituais” (Galache; Zanuy; Pimentel, 1970, p. 21).

O respeito implica não só na sala de aula, mas na sociedade por haver hierarquias como a família, o estado e o religioso para com estes o indivíduo tem direitos e deveres, e com isso os direitos asseguram o homem a uma vida verdadeiramente humana, justa, harmoniosa e democrática. A matéria de Moral e de Civismo visa principalmente lembrar dos deveres, pois “as pessoas são mais conscientes de seus direitos do que das obrigações e o Brasil espera que cada um de seus filhos cumpra o seu dever”, segundo Almirante Barroso (1804-1882).

Figura 7 – Respeito e promoção humana (I)

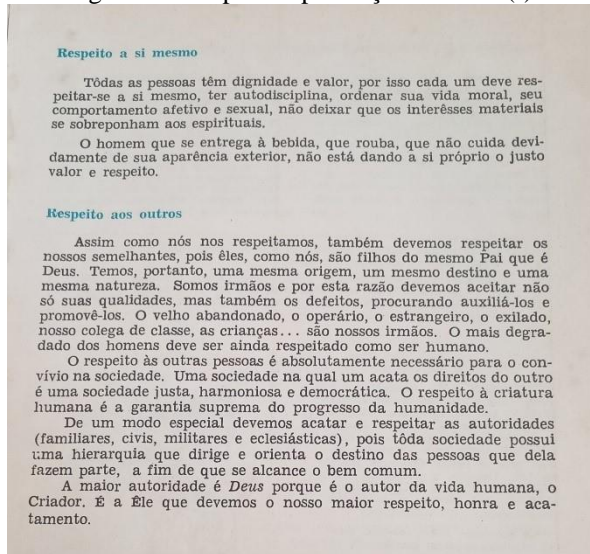
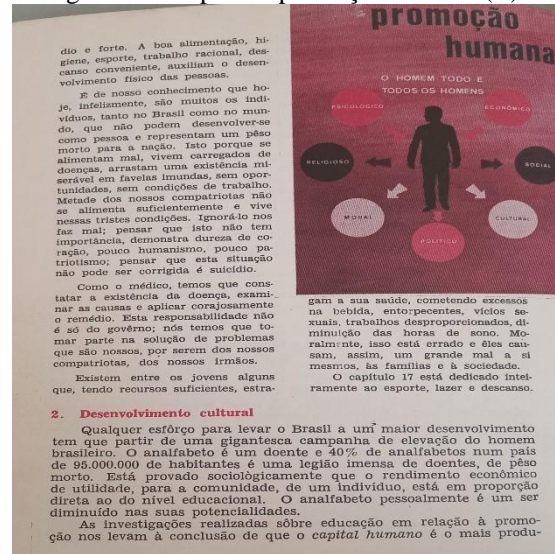


Figura 8 – Respeito e promoção humana (II)



Fonte: Galache, Zanuy e Pimentel (1970).

Para os dirigentes da ditadura o respeito torna-se um dos preceitos esperados como elemento de autodisciplina e uma sociedade harmoniosa e democrática. Este respeito também está ligado à forma com que a pessoa se porta no mundo, como fala, como se veste, como foi educado e o quanto estuda. Vemos que a desigualdade social é vista como desleixo pelos dirigentes quando mencionam a favela ou até mesmo o analfabetismo como falta de capacidade de autocuidado e não como discrepância social.

O homem é um ser social e tem direitos e deveres que se dão de forma coletiva para um Brasil Grande Potência, por ser essencialmente social, luta contra o egoísmo e o individualismo para alcançar o progresso humano, física, cultural, psicológica e religiosamente já que o ser humano precisa ter o sentimento de humanismo e coletividade. O crescimento do indivíduo como personalidade e homem de caráter ajuda no progresso da sociedade e na nação tem como fundamento a rocha da verdade moral. A verdade e a mentira possuem uma repercussão social que reivindica o direito à liberdade para “exercitá-la a fundo, através de um maior esforço intelectual para sermos competentes e não meros ‘palpiteiros’, vagamente informados” (Galache; Zanuy; Pimentel, 1970, p. 61).

Praticar a justiça social é considerar-se servidor do bem comum e compreender que tudo quanto o indivíduo promove vem enriquecer o patrimônio da sociedade, é ter consciência da repercussão profundas de nossas atividades, a liberdade não consiste em fazer o que se pensa, mas em fazer o que se deve é a capacidade de decidir entre o bem e o mal, liberdade não é fazer tudo o que agrada, isso é libertinagem. A verdadeira liberdade gera a convivência e um viver em harmonia colaborando e complementando as qualidades, aperfeiçoando a cultura. A convivência é compreensão, amor e solidariedade que incita na realização comum de tarefas e

assume em conjunto as responsabilidades, ou seja, a união dos membros da sociedade não é justaposição física, mas sim feita de moral e de vontades.

Por isso, a convivência é dependente de autoridade que se faz necessária a toda sociedade que precisa de uma organização “quem diz organização, diz ordem e quem diz ordem diz autoridade, isto é, capacidade de dirigir, unir, de escolher e de defender os interesses de todos” (Galache; Zanuy; Pimentel, 1970, p. 90).

Podemos perceber que o primeiro capítulo gira em torno do valor de igualdade, dos direitos, deveres e liberdade, a todo momento é enfatizado que quando um dever parecer pesado a forma de torná-lo leve é cumprir com maior escrupulo e que os deveres igualmente aos mandamentos de Deus precisam ser seguidos à risca. Para os dirigentes da ditadura existem três características primordiais para o crescimento do homem, são elas: a dignidade, a igualdade dos homens e os direitos e deveres. Assim, juntos estas características são consideradas básicas para o crescimento do homem, mas, também, para o progresso harmonioso da sociedade lutando contra o egoísmo e o individualismo.

Figura 9 – Deveres de cada um e direitos (I)

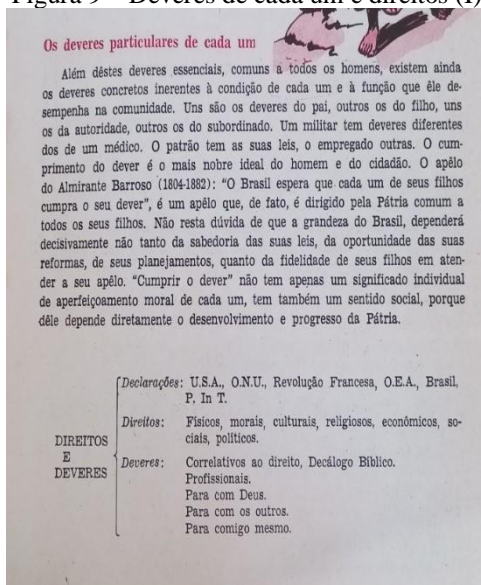


Figura 10 – Deveres de cada um e direitos (II)



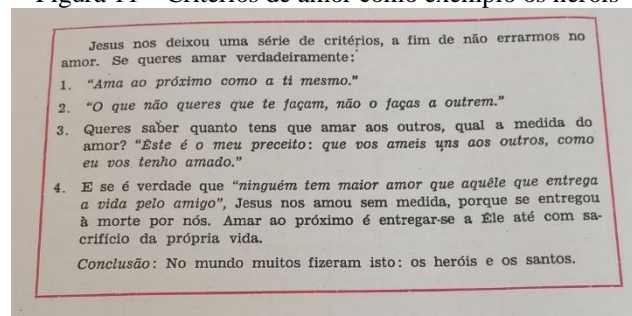
Fonte: Galache, Zanuy e Pimentel (1970).

O individualismo e o egoísmo são pautados na mentira que possui vários nomes como inveja, vaidade, desejo de lucro, vingança orgulho, hipocrisia, debilidade de caráter, ciúmes, baixa moral, todas essas características atuam contra a verdade, o autocontrole e o bem comum. A verdade moral é conquistada nos que se fala, se pensa e se faz, para os dirigentes “jamais obtemos as respostas corretas, se não soubermos fazer as perguntas certas” (Galache;

Zanuy; Pimentel, 1970, p. 61) e a pergunta que os educandos têm que ter em mente é “o quanto que eu contribuo para o crescimento do país?”.

Para sermos seres livres temos que conquistar a verdade, quanto mais fiéis à verdade mais abeiramos a perfeição divina, esta última também é pautada no amor, ou seja, o amor é o motivo dos atos mais heróicos da história que deram o próprio ser para promover o maior bem do outro.

Figura 11 – Critérios de amor como exemplo os heróis



Fonte: Galache, Zanuy e Pimentel (1970).

Podemos perceber que as menções aos heróis começam a aparecer desde o primeiro capítulo onde irão entornar-se a todo o livro como “vultos da pátria”. Porém, iremos separar um tópico somente para comentar quem são esses heróis que ganharam destaque no livro didático e deixaram suas marcas na história do Brasil contada pelos dirigentes da ditadura.

2.1.4 Visão das sociedades: Decreto-Lei nº 869/1969, alíneas c, e, g, h

Existem grupos que a compõe a sociedade e estes são responsáveis pela inserção da criança no mundo que ao nascer é incluído ao grupo familiar, e à medida que for crescendo é incluído em outros âmbitos tais como a escola, profissão, igreja, município, estado e sociedade/nação. Para os dirigentes, cada família deve ter o número de filho que possa educar dignamente a preparar os homens como membros úteis e responsáveis em uma educação social, cívica e humana, por isso faz-se necessário uma orientação adequada para o namoro e o noivado para conduzir a busca do convívio social que, muitas vezes, propiciam o aparecimento do amor sentimento.

Figura 12 – Orientação para o namoro (I)

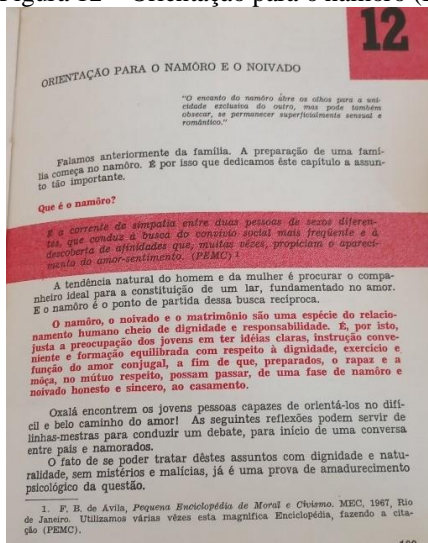


Figura 13 – Orientação para o namoro (II)

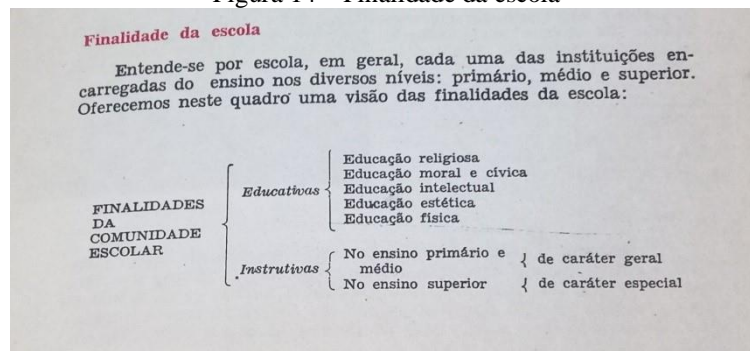


Fonte: Galache, Zanuy e Pimentel (1970).

Podemos perceber que no livro não tem espaço para discutir o diverso, a sexualidade e o diferente. Podemos perceber também o discurso de sexo frágil quando é citado que a preparação para o namoro consiste em descobrir como o homem age, reage, pensa e exige, já a mulher é rebaixada a ser entendida como sente, por que chora, o que gosta e porque ataca. Sempre é destacado que a pessoa sente “o desejo de amar alguém do sexo diferente”. Por mais que os dirigentes veem o namoro como a libertação do “eu” egoísta na infância que também observam que o namoro é preparação para o casamento de forma afetiva e não sexual, pois o ato consumado antes do casamento é visto como imoral.

Depois da família vem a escola, pois, esta última é, depois da família, a instituição de maior importância na vida de uma nação. O caráter, a capacitação profissional, a moralidade de seus habitantes dependem grandemente da qualidade das escolas, não se vai à escola apenas para receber instrução, conhecimento, mas para conceber uma formação humana e integral que, junto com a família, formará o cidadão útil e responsável à pátria.

Figura 14 – Finalidade da escola



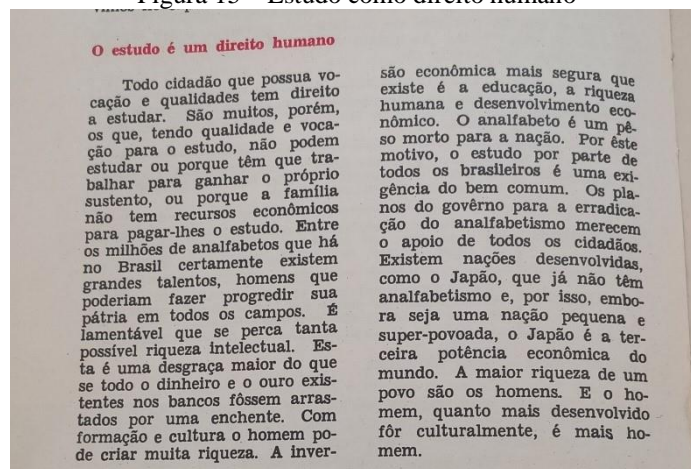
Fonte: Galache, Zanuy e Pimentel (1970).

É abordado que a finalidade da escola é educar e instruir para que se construa cidadãos capazes de realizar as transformações exigidas pela sociedade de acordo com as mudanças necessárias. A educação moral que é muito cobrada na formação dos educandos é incitada na escola para que as crianças cresçam de forma a usar sua liberdade de forma sábia para atender a sua vocação diante de escolhas e adversidades, adquirindo hábitos morais e cívicos através da consciência de princípios o tornando útil a sociedade ao contribuir para a dignidade do trabalho e felicidade.

A educação moral e cívica tem por objetivo a formação do cidadão conscientes de seus deveres para com a sociedade. A escola promove, por todos os meios, tudo que contribua para formar nos alunos um amor realista ao Brasil e um compromisso efetivo para com a realidade da comunidade em que vivem. Nossas glórias e triunfos far-nos-ão sentir o orgulho de sermos brasileiros; os problemas e dificuldades deverão tornar esse entusiasmo realista e fazer compreender que só se constrói uma pátria grande com a colaboração de todos (Galache; Zanuy; Pimentel, p. 119).

Segundo os dirigentes da ditadura militar, “uma das maiores responsabilidades da educação é inculcar, pela palavra e pela vida, o senso da justiça, que se traduz numa consciência clara dos próprios direitos e deveres e no respeito aos direitos dos outros” (Galache; Zanuy; Pimentel, p. 119), o que claramente não acontece quando é imposto que o analfabeto é um “peso morto” e que estudar “é um direito a ser conquistado”. Conclui-se o capítulo falando que “o homem que estuda é duas vezes homem”, ou seja, o estudo não só desenvolve a pessoa em si em termos intelectuais, mas contribui para o crescimento da Pátria.

Figura 15 – Estudo como direito humano

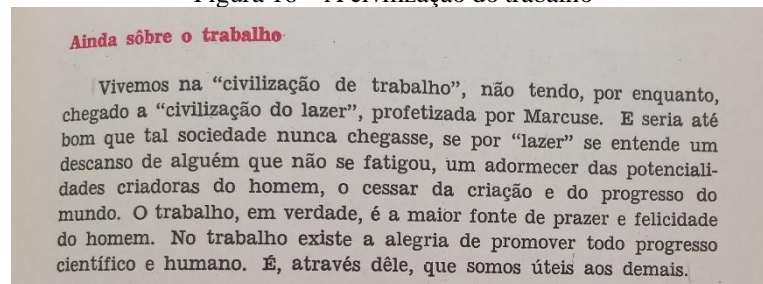


Fonte: Galache, Zanuy e Pimentel (1970).

O estudo é essencial para o mundo do trabalho, pois quanto mais qualificado for o cidadão, mais promissor é sua mão de obra para o desenvolvimento da sociedade. É mencionado

no livro que “o trabalho é um dever imposto por Deus para o sustento do homem: “comeras o pão com o suor do teu rosto”, “o que não trabalha que não coma”, “o homem foi criado para trabalhar como a ave para voar”, como diz a sagrada bíblia” (Galache; Zanuy; Pimentel, 1970, p. 131). Essas citações desmoralizam ainda mais aqueles que não tiveram acesso à educação e condições de trabalho, mesmo os dirigentes afirmando que todos possuem qualidades físicas, morais e intelectuais e que essas qualidades não podem ficar soterradas e improdutivas, e com isso não disponibilizam condições para acesso à educação/trabalho para todos.

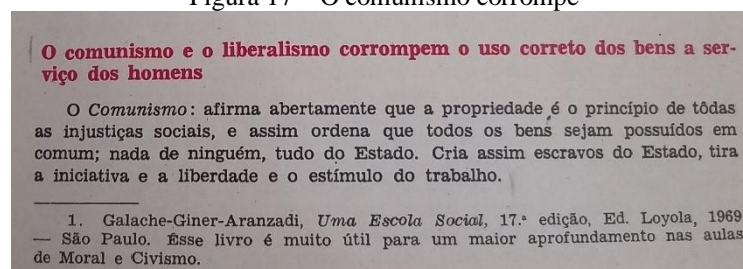
Figura 16 – A civilização do trabalho



Fonte: Galache, Zanuy e Pimentel (1970).

É através do trabalho que promove todo progresso científico e humano, e também, é através do trabalho e do estudo que o jovem vai descobrindo a si mesmo e as diversas dimensões do mundo, faz novas descobertas continuando o trabalho dos que já se foram. Somente quem trabalha tem direito a descanso. O descanso é dividido em três categorias: de repouso depois do trabalho, de recuperação das forças perdidas e de complementação humana. Até orientação para descansar tem no livro, para os dirigentes da ditadura descansar não é ficar à toa, como exemplo assistir, que é considerado algo de deseducação humana, moral e cívica. Aliada à prática do descanso estão exercício, atividades e leituras que engrandecem o desenvolvimento físico, psicológico e de convivência.

Figura 17 – O comunismo corrompe



Fonte: Galache, Zanuy e Pimentel (1970).

Percebe-se que há uma preocupação por pautar o comunismo como um inimigo da sociedade. No decorrer do livro é discutido o direito dos cidadãos às coisas de qualidade

decorrentes de seus esforços no trabalho e o Comunismo é citado como detentor de toda a riqueza que é conquistada, juntamente com o liberalismo que é classificado como detentor de toda a riqueza possuída pelo trabalho sem função social.

Os autores de livros didáticos não são simples espectadores de seu tempo: eles reivindicam um outro status, o de agente. O livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, frequentemente de forma favorável: as ações contrárias à moral são quase sempre punidas exemplarmente; os conflitos sociais, os atos delituosos ou a violência cotidiana são sistematicamente silenciados. E os historiadores se interessam justamente pela análise dessa ruptura entre a ficção e o real, ou seja, pelas intenções dos autores (Choppin 2004, p. 9).

Nem sempre o homem atua por sentimentos altruístas e procurando o bem dos outros. Consequentemente, deve ser obrigado muitas vezes a adaptar-se às regras impostas pelas exigências do bem comum, mediante existência de uma ordem jurídica coercitiva. Para isso, existe a necessidade do Estado ser “essencialmente democrático” com a participação não só dos governantes, mas, também, dos cidadãos governados. Assim, a “Democracia é liberdade, mas uma liberdade que se conquista com uma conduta consciente dos próprios direitos e deveres cívicos e sociais. (Galache; Zanuy; Pimentel, 1970, p. 187).

Figura 18 – Orientações para férias

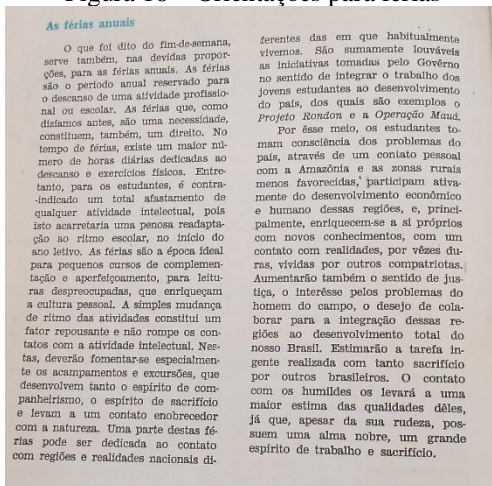
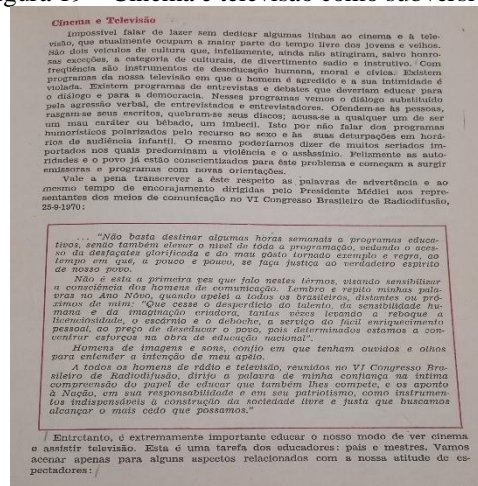


Figura 19 – Cinema e televisão como subversivos



Fonte: Galache, Zanuy e Pimentel (1970).

As férias anuais eram bastantes esperadas pelos dirigentes da ditadura pois era nessa ocasião que eles incentivavam os jovens a participar de projetos no interior. As crianças muito pequenas eram indicadas que ficassem em casa estudando para não ter dificuldade na volta às aulas, e os demais eram selecionados para compor grupos de iniciativas “louváveis” para o desenvolvimento do país nos Projetos Rondon e Operação Mauá. Estes projetos eram uma

tentativa estratégica de controle da sociedade e da juventude pois distraíam os jovens (a maioria universitário) para que não tivessem tempo para fazer manifestações contra atos e investidas do governo, assim, o governo os mantinha longe em comunidades carentes e isoladas no interior do país e ainda os consideravam compatriotas ativos no desenvolvimento econômico de forma a estimulá-los à produção de projetos coletivos locais para que pudessem desenvolver o sentido de responsabilidade social e de desenvolvimento nacional. O Projeto Rondon possuía como lema de um ideário desenvolvimentista “Integrar para não entregar”, o que acabou contribuindo para o crescimento de condições de vida no interior. Ao mesmo tempo que o governo usava da sua investida psicossocial de tirar a atenção dos problemas que estavam sendo expostos pelos universitários também estavam investindo em contra campanhas a cinema e televisão (que eram meio de veículo comunicacional cheio de resistências artísticas). Os governantes da ditadura militar viam que os programas de televisão por suas encenações de novelas e filmes eram imorais para o consumo da sociedade, o que apresentava um risco para a construção do bom cidadão que tanto moldaram ao longo do tempo. Acomodam-se das leituras culturais indicadas por professores de português e civismo, escotismo e bandeirismo, grupos juvenis, clubes esportivos educação física, todas essas opções eram válidas como lazer de um bom cidadão na tentativa de desvalidar o cinema e a televisão.

Figura 20 – Exemplos de como aproveitar as férias

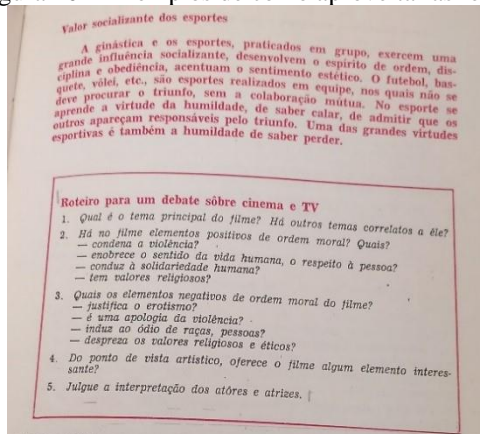
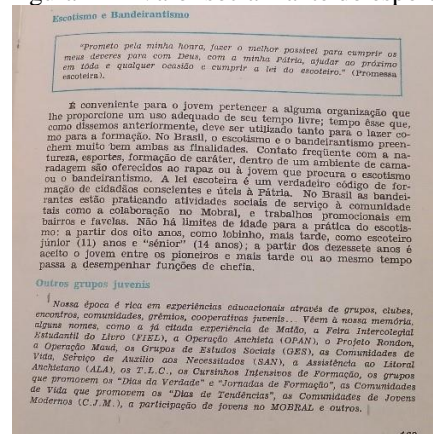


Figura 21 – Valor socializante do esporte

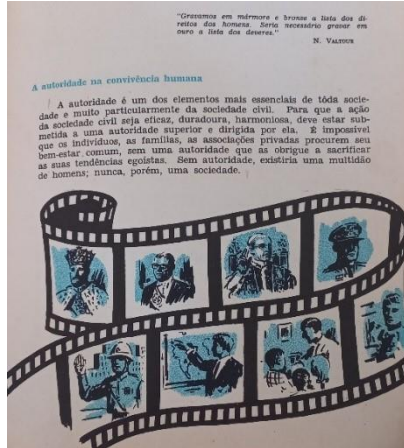


Fonte: Galache, Zanuy e Pimentel (1970).

Para os ditadores militares a autoridade é considerada um dos elementos mais essenciais de toda sociedade. É impossível que os indivíduos, as famílias, as associações privadas procurem o bem comum sem uma autoridade que as obrigue a sacrificar as suas tendências egoístas. Um dos grandes problemas da vida social é saber harmonizar liberdade com autoridade. Por um lado, uma sociedade democrática constitui-se de pessoas livres, porque só

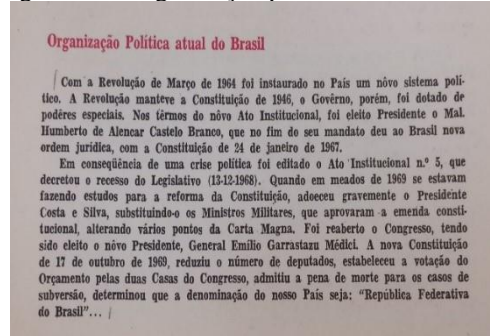
na liberdade se consegue a perfeição, o que vimos até agora, por outro lado, sem autoridade não se pode impor uma conduta de pessoas livres, mesmo que isso signifique impor o que as pessoas farão e depois dizer que tiveram liberdade para fazer. Assim, liberdade é você escolher entre duas situações de forma independente e não ser levado a “escolher” o bem comum porque a outra opção é subversiva, isso não é denominada de equiparação de escolha, e sim imposição.

Figura 22 – Autoridade na convivência humana



Fonte: Galache, Zanuy e Pimentel (1970).

Figura 23 – Organização política atual do Brasil



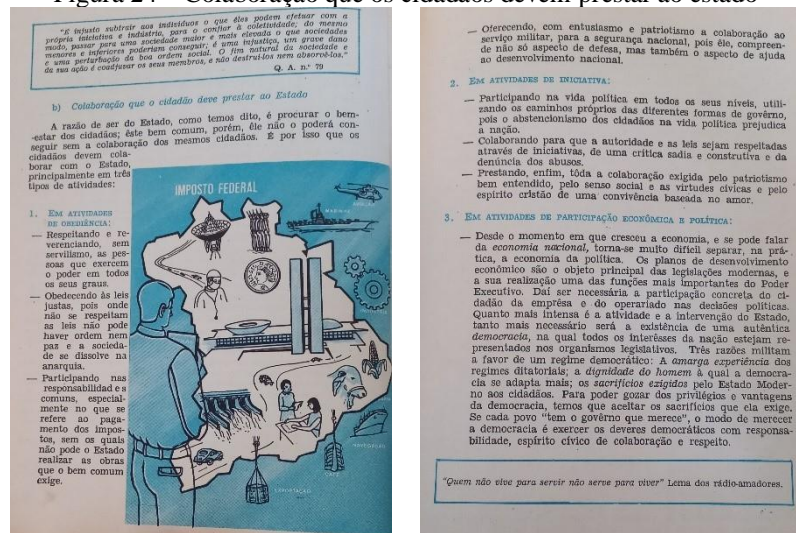
Segundo pregações de uma “revolução” é abordado nos livros didáticos o governo como primordial na função da organização da sociedade. A ditadura militar é vista como uma interferência no exercício do legislativo e do judiciário suprimindo a participação popular e a liberdade individual. Desse modo, observa-se que o poder executivo chega a ser mencionado como exercício do presidente eleito por membros do Congresso Nacional e de Delegados das Assembleias Legislativas do Estado sempre destacando a responsabilidade democrática como característica do Estado Moderno pois o povo colocou os membros no congresso e o congresso elegeu o presidente, elevando a falsa impressão de democracia e contribuição para eles “democracia é liberdade, mas uma liberdade que se conquista com uma conduta consciente dos próprios direitos e deveres cívicos sociais” (Galache; Zanuy; Pimentel, 1970, p. 187).

Para os ditadores militares a autoridade parte do poder da soberania do povo que é entregue ao governante e este poder procede de Deus pois é autor da natureza humana e da sociedade e como este poder vem da sociedade também vem de Deus, ou seja, a todo momento é preciso ficar lembrando que a ditadura militar é algo legítimo, algo conquistado pela democracia sempre enfatizando o bem comum e a divindade a Deus. Esta autoridade é caracterizada por “mandar com razão” procedente da ordem moral baseada em Deus, impossibilitando os cidadãos de questionar, ou seja, a autoridade humana tem o direito de

obrigar algo se estiver alinhado com os preceitos de Deus, o respeito exercido as hierarquias sociais é homenagem à Divindade, a obediência, e a ordem moral

Dessa forma, para eles é preciso haver ordem social para que os cidadãos sejam livres em escolher o certo para o bem comum, caso contrário, a sociedade se transformaria em uma anarquia que é inimiga da vida cívica e coletiva. Com isso, “O Brasil não conquistará a condição de grande potência, não será uma nação econômica, social, cultural e politicamente desenvolvida sem a colaboração harmoniosa entre o Estado e os brasileiros” (Galache; Zanuy; Pimentel, 1970, p. 192). O bem comum não é só os feitos coletivos e físicos, para eles, diz respeito ao homem como um todo de forma física e espiritual, o bem comum é classificado em: condições sociais (materiais, culturais e morais), condições econômicas e participação política.

Figura 24 – Colaboração que os cidadãos devem prestar ao estado



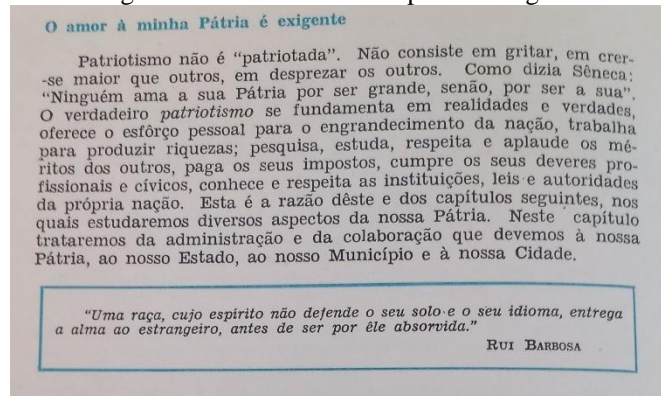
Fonte: Galache, Zanuy e Pimentel (1970).

2.1.5 Visão do Brasil: Decreto-Lei nº 869/1969, alíneas d, f

Segundo Galache, Zanuy e Pimentel (1970), a colaboração que devemos dar ao estado e a nossa pátria se resume em três classes de atividades: atividades de obediência, atividade de iniciativa e atividade de participação econômica e política. Entre os deveres que todo o brasileiro tem para com a sua pátria o seu estado e municípios temos: o voto, o pagamento de impostos e o serviço militar. O voto é um direito e um dever cívico e moral, o imposto objetiva o atendimento das necessidades coletivas, de interesses geral da vida do estado não obtendo com isso vantagens particulares e sim coletivas visando também operar uma redistribuição harmônica da riqueza e o serviço militar é a forma mais ingênua de demonstração de afeto ao país pois é uma ocasião de formação de aprimoramento de caráter e disciplina, uma obrigação

cívica, um dever do indivíduo para com a sociedade. “O Brasil possui símbolos nacionais (bandeira e hino nacional), direitos e deveres de bens, poderes, legislação próprios, os cidadãos têm obrigações de culto, respeito e obediência o comportamento cívico se concretiza numa série de deveres com essas sociedades” (Galache; Zanuy; Pimentel, 1970, p. 205).

Figura 25 – O amor à minha pátria é exigente



Fonte: Galache, Zanuy e Pimentel (1970).

Todos estes comportamentos cívicos que são esperados dos cidadãos são concretizados em uma série de deveres com a Pátria, o Estado, o município e a cidade inculcando valores de obediência, iniciativa e participação econômica e política para que se consiga um Brasil Grande rico, com justiça e com liberdade de desenvolvimento de capacidade para tal a liberdade tem que ser conquistada dentro do limite do bem comum. Assim, qualquer atitude que “abuse” desta conquista o Estado precisa se impor, a sonegação de imposto, por exemplo, que é considerado uma falta de integridade moral e é repudiado pelo Estado.

2.1.6 Visão de Deus no mundo: Decreto-Lei nº 869/1969, alínea b

A religião predominante no Brasil é o Cristianismo, desde o “descobrimento” os portugueses já traziam consigo sua ideia de religião e não polparam esforços para catequisar todos aqueles que não era confessado ao cristianismo pelo sinal da Cruz, fazendo com que se chamasse Terra de Santa Cruz. Porém, o país não possui somente o Cristianismo como religião, fazendo assim com que o brasileiro seja uma pessoa que respeita qualquer culto/manifestação religiosa, pelo menos na teoria.

Os livros didáticos levam em consideração o princípio moral da responsabilidade pessoal e social: A moral é algo que respeita valores de Deus, da personalidade, da dignidade humana. Algo que orienta na tarefa pessoal do próprio desenvolvimento e perfeição e de valores

que podem ser religiosos, sociais, culturais e materiais. Esta moral está interligada com a virtude pois ambas veem Deus como o Ser nos orienta pela nossa própria consciência.

Figura 26 – A virtude interna

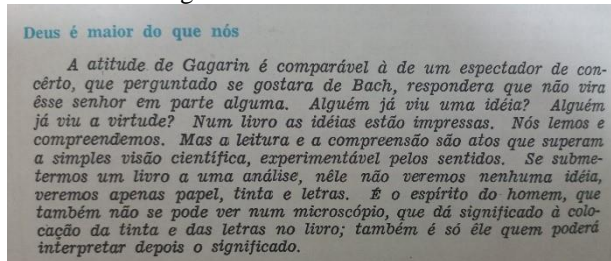
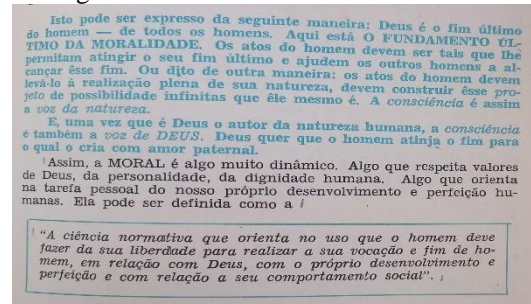


Figura 27 – A moral como valor de Deus



Fonte: Galache, Zanuy e Pimentel (1970).

As características de um bom cidadão também estão relacionadas com o hábito de praticar os valores e a moral. Este hábito sendo bom é chamado de virtude, a virtude pode ser classificada em quatro partes: religiosa, moral, social e cívica. A religiosa tem a ver com a fé, esperança e amor; a moral está relacionada a prudência, justiça, fortaleza, e a temperança; as virtudes sociais são relacionadas com sensibilidade social, responsabilidade, tolerância, solidariedade, sinceridade, lealdade e obediência; por fim, as virtudes cívicas compõem a atuação consciente do cumprimento dos deveres com o progresso e engrandecimento da pátria, levando em consideração a o amor à pátria, espírito democrático, respeito às autoridades legítimas, respeito aos símbolos nacionais, respeito às leis, trabalho pelo bem comum, colaboração no desenvolvimento e conhecimento da história da pátria. “A repetição de atos forma os hábitos; o hábito de praticar atos bons num determinado sentido chama-se virtude. As muitas virtudes fazem grandeza moral de uma pessoa, dão como resultado um caráter, uma personalidade” (Galache; Zanuy; Pimentel, 1970, p. 295). Além do capítulo intitulado “O mundo unido: O homem encontra o homem, as nações devem encontrar-se como irmãos e irmãs”.

É inaceitável algum país viver em isolamento por falta de progresso pois podem estar em perigo por não alcançarem o ritmo das demais civilizações. As nações não podem viver isoladas já que isolar-se é ficar à margem do progresso. Assim, dependem de exportação e, por isso, cada vez se intensificam as relações econômicas, culturais e esportivas.

Comenta-se no livro que as nações ricas precisam ajudar as emergentes que não atingiram um nível de estabilidade, pois a maioria dos países desenvolvidos gastam dinheiro com armamento e programas espaciais e esquecem que a fome é um problema global. Por isso, a Organizações das Nações Unidas (ONU) é tão importante para o desenvolvimento do mundo,

pois desenvolve relacionamento amistoso, mantem a paz internacional, melhora a condição devida dos povos e constitui reuniões para que as nações possam discutir os problemas mundiais.

A referida organização é dividida em Organização da Educação, Ciência e Cultura que é responsável por difundir o ensino obrigatório e gratuito no 1º grau. Desenvolve a educação de base alfabetizadora, conduz tensões raciais, sociais e internacionais, estimula a apreciação mútua de valores entre Oriente e Ocidente e proporciona ajuda na pesquisa científica, além de haver a organização das nações unidas para a alimentação e agricultura que é responsável pela produção agrícola que acompanha o ritmo de exploração demográfica mundial, a organização dos estados americanos que diz respeito à independência, à cooperação socioeconômica e ao intercâmbio cultural entre os países americanos assegurando o princípio de igualdade jurídica e o respeito à soberania das nações e, por fim, tem-se a Organização Internacional do Trabalho que é responsável por promover o processo social em todas as ramificações políticas e trabalhistas internacionais.

2.2 OS SÍMBOLOS NACIONAIS

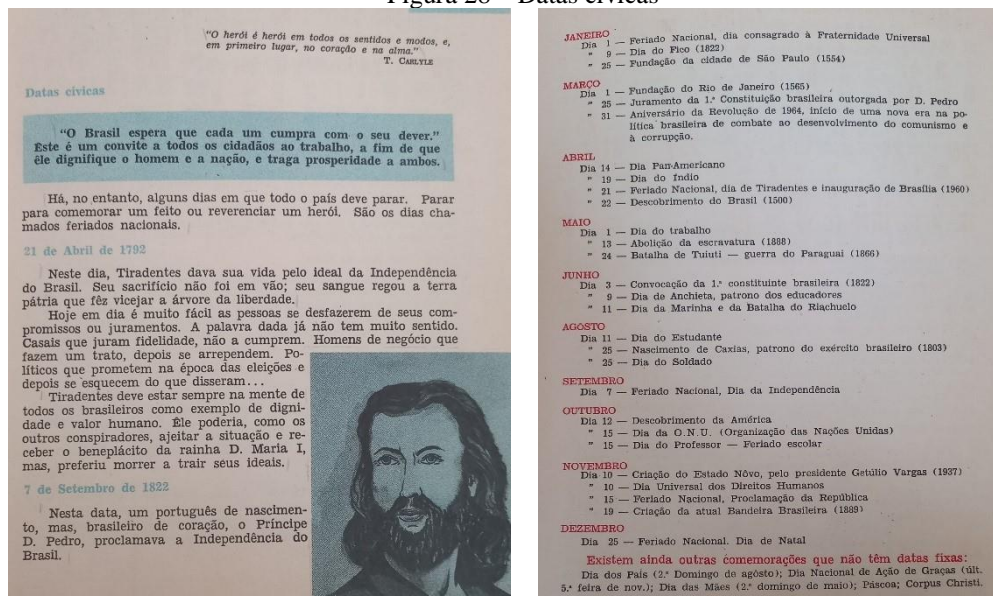
O Estado possui os Símbolos Nacionais que reforçam na sociedade o sentimento de pertencer ao Brasil, sentimento de completar a obra que Deus criou para o “nosso país”. Estes símbolos revelam o amor que temos que ter com a pátria de cuidado, gratidão, consciência e lar. Com isso, estes símbolos passaram a ser uma lembrança de compromisso, orgulho e dever de cada um com o país. A bandeira Nacional (1889) desde o “descobrimento do Brasil” faz-se presente simbolizando através de suas cores a riqueza, as florestas e o rio com estrelas que simbolizam cada estado brasileiro e com o dígrafo de “ordem e progresso”, uma frase positivista que reforça que sem ordem não há progresso. Por ser um símbolo sagrado não pode ser usada de forma indevida, somente em festas ou luto, diariamente em instituições públicas e nos estabelecimentos de ensino.

O Hino (1831) também é considerado um símbolo nacional. Este foi um presente de Ovídio Saraiva para comemorar a abdicação de D. Pedro I. Por ser um símbolo sagrado existe proibições de arranjos vocais e/ou instrumentais nos estabelecimentos de ensino. Um fato curioso é que o Hino que estava destinado a ser oficial do Brasil (Leopoldo Miguez) ficou conhecido como o Hino da Proclamação da República levando em consideração o desejo do povo de permanecer com o primeiro. Em 1980, foi decretado por Marechal Deodoro como Hino oficial do Brasil.

O Brasão de Armas (1889) simboliza a honra, a glória e a nobreza do Brasil. O uso é obrigatório nos edifícios dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário), governos federais, estaduais e municipais, quartéis policiais e militares e nos documentos oficiais federais, possui uma estrela verde e amarela com uma esfera azul ao centro, no fundo há um ramo de café e fumo representando os produtos agrícolas no Brasil Império com faixas assinalando a data e a República Federativa do Brasil. O Selo Nacional (1889) instituído por Marechal Deodoro é usado para autenticar documentos oficiais, diplomas, atos do governo, e certificados emitidos possui uma esfera igual àquela da bandeira do Brasil e ao redor a inscrição “República Federativa do Brasil” em preto e branco.

Além disso, o Brasil possui datas brasileiras para comemorar algum feito ou reverenciar um herói, mais conhecidos como feriados nacionais. Um destes exemplos é Joaquim José da Silva Xavier (1746-1792) que deu sua vida à Independência do Brasil e foi um exemplo de dignidade e de valor humano. Assim, sua morte é considerada feriado para todos os cidadãos poderem prestar suas homenagens e admirações aos seu feito.

Figura 28 – Datas cívicas



Fonte: Galache, Zanuy e Pimentel (1970).

- 07 de setembro de 1822: Independência do Brasil;
- 15 de novembro de 1889: Direito ao voto para escolher os governantes;
- Datas estaduais ou locais com valores nos respectivos locais.

2.3 OS PERSONAGENS HISTÓRICOS DENOMINADOS COMO “VULTOS DA PÁTRIA”

“A moral está num estado deplorável, porque os grandes exemplos não são citados”

(Galache; Zanuy; Pimentel, 1970)

Os confrontos mais complexos do ensino de História foram marcados pela História do Brasil ora Constituição do Império ora História do Brasil, em um momento que era selecionado o que poderia compor o material didático. Desse modo, a disciplina de história foi fundamental para ajudar a contar sobre os grandes feitos dos Vultos da Pátria e o senso de moral e civismo.

A História Pátria para alunos do ensino elementar, ou a História do Brasil no secundário, foi sempre considerada um estudo suplementar e construído sob a lógica da História Sagrada e seus santos que serviram como referencial de altruísmo e bondade para a constituição e seleção dos ‘heróis’ da pátria (Bittencourt, 2011, p. 11).

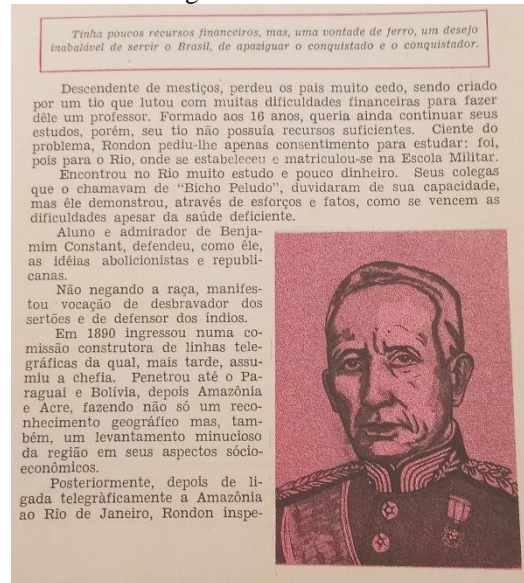
O objetivo da História Pátria composta pelos currículos humanísticos e modernos era a instauração da identidade nacional predominando as concepções para o trabalho que formava alunos sob os princípios de cidadania, além de selecionar os “grandes homens” indicados pela elite. Tal disciplina teve uma participação interdisciplinar com Língua Portuguesa, Geografia e Música que juntas promoviam não só nas escolas, mas nos espaços públicos festas cívicas, desfiles em culto aos heróis da pátria e fundadores das cidades. A tentativa de consolidar uma nova civilização estava amplamente presente nas escolas, nos eventos, nas propagandas e nos discursos. A seguir, os vultos históricos considerados heróis da pátria evidenciados no livro “Construindo o Brasil”.

A expressão completa em latim é “História Magistra Vitae” (História como mestra da vida) e significa que a história é uma professora da vida, ou seja, podemos aprender com os acontecimentos do passado para guiar nossas ações no presente e no futuro. No contexto da ditadura militar brasileira, que ocorreu de 1964 a 1985, essa frase tem uma relevância significativa. A história desse período serve como uma importante lição para as gerações atuais sobre os perigos da violação dos direitos humanos, da repressão política e do autoritarismo.

Rondon

Marechal Candido Rondon (1865-1958). Aluno e admirador de Benjamin Constant defendia as ideias abolicionistas e republicanas, viajou ao Paraguai, Bolívia, Amazonas e Acre fazendo um reconhecimento geográfico e um levantamento dos aspectos socio-econômicos da região. Lutou contra as condições precárias dos índios, foi diretor no serviço de proteção aos índios e presidente do conselho nacional de proteção aos índios. Foi premiado pelo congresso das raças como exemplo de civilização e humanismo.

Figura 29 – Rondon

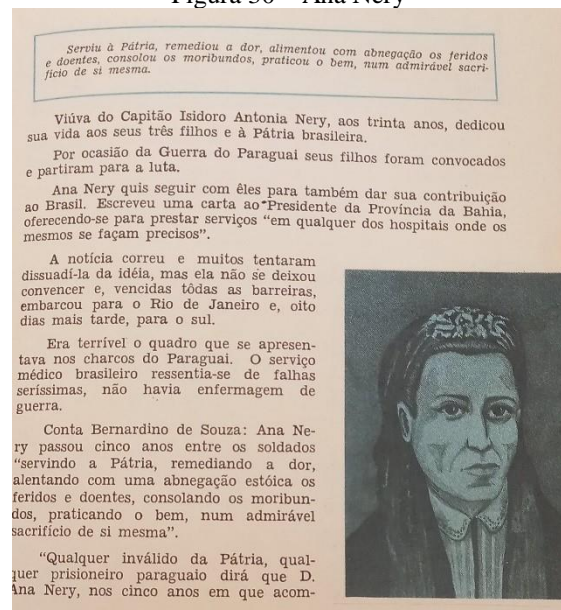


Fonte: Galache, Zanuy e Pimentel (1970).

Ana Nery

Ana Justina Ferreira Nery (1814-1880). Mais conhecida como "mãe dos brasileiros", serviu à pátria, remediou a dor, alimentou com abnegação os feridos e doentes, consolidou os moribundos, praticou o bem, num admirável sacrifício de si mesma. Mãe de três filhos que foram convocados para a guerra do Paraguai dedicou-se a passar seus dias nos hospitais de guerra para ajudar os seus filhos e os demais, tendo em vista que não tinha muitas enfermeiras em hospitais como estes. Passou 5 anos se dedicando a isto, certo dia viu em meio aos homens machucados o corpo de um de seus filhos, e optou por ajudar um ferido e sofrer seu luto depois.

Figura 30 – Ana Nery

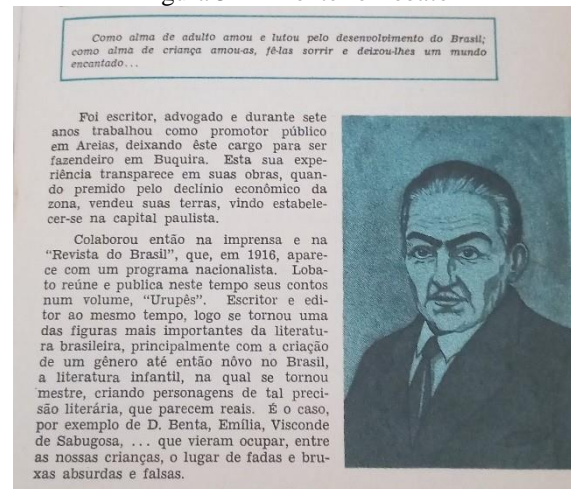


Fonte: Galache, Zanuy e Pimentel (1970).

Monteiro Lobato

José Bento de Monteiro Lobato (1882-1948). Com alma de adulto amou e lutou pelo desenvolvimento do Brasil; como alma de criança amou-as, as fez sorrir e deixou-lhes um mundo encantado. Monteiro Lobato, para ser grande, não precisaria ter produzido nada além dos seus livros para crianças. Ele amou as crianças e elas o tornaram imortal: esse foi o seu maior exemplo e contribuição para as letras brasileiras.

Figura 31 – Monteiro Lobato

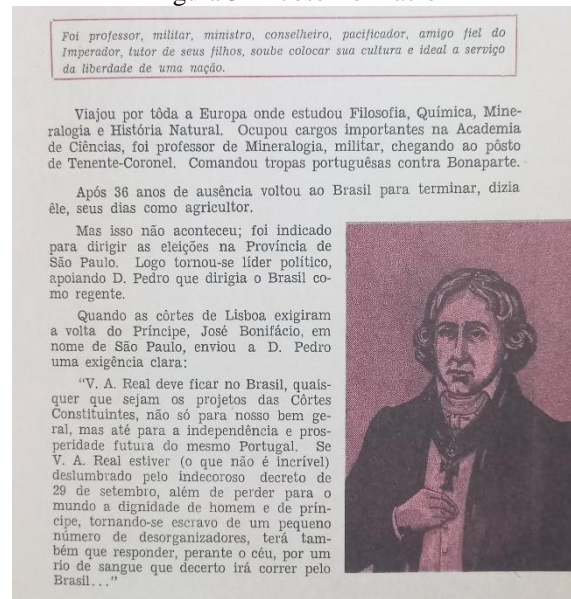


Fonte: Galache, Zanuy e Pimentel (1970).

José Bonifácio

Jose Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838). Foi professor, militar, ministro, conselheiro, pacificador, amigo fiel do imperador, tutor de seus filhos, soube colocar sua cultura e ideal a serviço da liberdade de uma nação (p. 199). Considerado "patriarca da independência", dedicou a juventude brasileira o exemplo de amor a cultura, de ideal, de liberdade e de fidelidade ao amigo D. Pedro do qual foi sempre conselheiro. Foi um homem leal consigo mesmo e com a pátria, pagando com o exílio a convicção de suas ideias.

Figura 32 – José Bonifácio

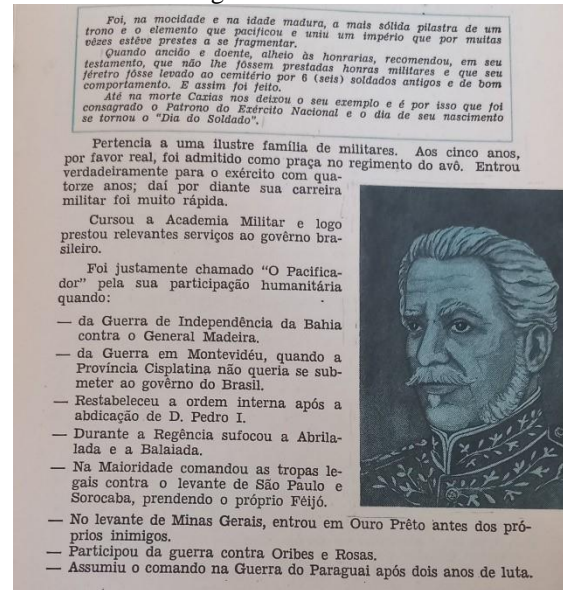


Fonte: Galache, Zanuy e Pimentel (1970).

Caxias

Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias (1803-1880), pacificou e uniu um império que por muitas vezes esteve prestes a se fragmentar. Nunca quis honras militares, por isso foi consagrado o patrono do exército nacional e o dia de seu nascimento se tornou o “Dia do Soldado”. Além de soldado, considerado “o pacificador”, Caxias foi um grande psicólogo, procurava tratar seus homens como pessoas que tinham sensibilidade a dor, a coragem e ao patriotismo. Em cada batalha estudava as características psicológicas para agir convenientemente.

Figura 33 – Caxias

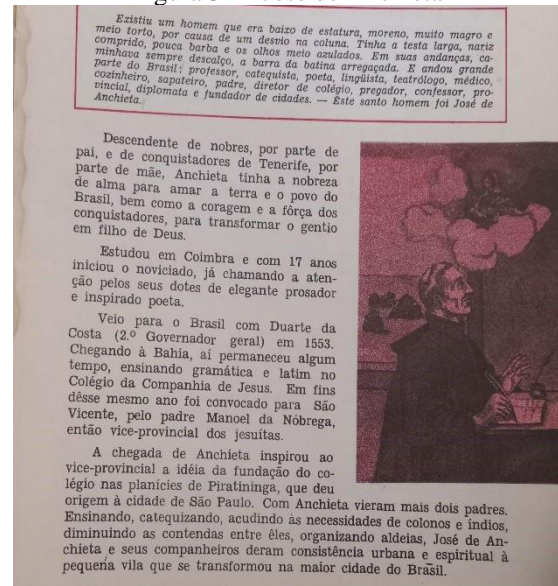


Fonte: Galache, Zanuy e Pimentel (1970).

José de Anchieta

José de Anchieta (1533-1597) ensinou e catequisou, acudindo as necessidades de colonos e índios, diminuindo as contendas, organizando aldeias. Anchieta aprendeu a língua do tupi e escreveu “gramática da língua mais falada na costa do Brasil”, facilitando a comunicação entre índios e portugueses. Serviu 44 dos seus 63 anos com abnegação, poesia e santidade. Deixou a marca da sua humildade, dedicação, amor, pureza, trabalho e coragem. Em vida, não recebeu recompensas materiais, títulos ou medalhas, mas, após a morte, foi cognominado “o apóstolo do Brasil” e talvez, muito em breve, o “primeiro santo brasileiro”.

Figura 34 – José de Anchieta



Fonte: Galache, Zanuy e Pimentel (1970).

O debate que está posto neste livro didático é o silenciamento de personagens negros ou indígenas dentro da História do Brasil. Havia que ser construído uma história harmoniosa dentro

da narrativa didática. Não havia espaço para os homens comuns, a não ser os ditos trabalhadores que aparecem na capa do livro em questão, mas não se tem destaque dentro da narrativa didática. Não se privilegia uma História Social dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras, dentro da proposta de Galache.

O historiador inglês Edward Thompson, assim nos diz que havia a permanência no currículo britânico de uma história sem os trabalhadores (Thompson, 2000, p. 5). No entanto, o movimento de historiadores ingleses constrói uma história vista de baixo como contraponto a narrativa oficial pensada pelo Estado inglês, para contarem suas lutas por sobrevivências e experiência na Europa durante o processo de industrialização. Para o citado autor, a agência humana está sempre em movimento,

Olhemos para a história como história – homens colocados em contextos reais, os quais eles não escolheram, e confrontados por forças incontornáveis, com uma esmagadora imediação das relações e deveres e com apenas oportunidades escassas de inserir sua própria agência (Negro; Silva, 2012, p. 69).

A história vista de baixo assim é definida como,

Faz parte das peculiaridades dos ingleses o fato de a história de ‘gente comum’ ter sido algo além – e distinto – da História Inglesa Oficialmente Correta. Em países de fortes tradições populistas e revolucionárias, a retórica da democracia tem saturado a historiografia. Na Inglaterra Oficialmente Correta, o povo dessa ilha (sob a Lei dos Pobres, a Reforma Sanitária e a Política Salarial) emerge com um dos problemas com o que o governo tem que lidar. Até hoje, muitas correntes historiográficas acadêmicas desfalecem sob o jugo normando, e o gérmen de Guilherme, o Bastardo, ocupa as cátedras (Negro; Silva; 2012, p. 185).

A abordagem histórica de Thompson valorizava o papel ativo dos trabalhadores em suas lutas por melhores condições de trabalho, salários justos e direitos políticos. O autor argumentava que a classe trabalhadora não era uma massa homogênea e passiva, mas um grupo diversificado com sua própria cultura, ideologias e resistência às condições opressivas.

Além disso, Thompson criticava a visão determinista e economicista da história marxista ortodoxa, enfatizando a importância de considerar fatores culturais, sociais e psicológicos no estudo das lutas de classe. Sua abordagem histórica influenciou profundamente o campo da história social e inspirou outros historiadores a adotarem uma perspectiva mais centrada nas experiências das pessoas comuns.

Nesse sentido, o presente capítulo começa com um poema de Bertoldo Brecht sendo escrito em 1593, foi a expressão da consciência de classe que determinados grupos sociais possuem a refletirem sobre as políticas em todos os níveis. O poema é uma crítica social que

destaca a importância da consciência política e da participação ativa dos trabalhadores na sociedade.

O poema de Brecht aborda a importância do conhecimento político e da conscientização das questões que afetam a vida das pessoas. Critica a atitude de ignorância política de alguns indivíduos que não se interessam ou não participam ativamente da vida política do país. Brecht ainda enfatiza que a falta de conhecimento político pode levar a consequências prejudiciais para a sociedade, como a exploração e o abuso de poder por parte dos políticos corruptos e das grandes empresas.

Com esse poema, Bertolt Brecht buscava despertar a consciência crítica das pessoas e incentivá-las a se informar e se envolver nos assuntos políticos para que pudessem tomar decisões mais informadas e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária. Sua obra e seus ideais continuam sendo relevantes até hoje, inspirando muitos a refletirem sobre as questões sociais e políticas de suas comunidades.

Ao final do livro é deixada uma mensagem que menciona que este livro ensina a viver por meio de debates, situações e atividades que exigem posicionamentos morais, religiosos, cívicos e político em todos os momentos e, por isso, justificam que os autores mesclam as situações presentes no livro com a vida, conduzindo os ensinamentos à prática. Segundo Galache (1970), “as virtudes não se ensinam com receitas moralizantes, nem com exortações pífias. As virtudes se vivem. E este livro ensina a viver. A viver em ritmo de Brasil Grande... é um livro para ser vivido e, antes de todos, pelos mestres. Hipocrisia não vale”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disciplina EMC entre o uno e o diverso na sociedade brasileira

O objetivo deste trabalho foi entender a partir do livro didático “Construindo o Brasil” (1970) a concepção pedagógica para a disciplina Educação Moral e Cívica durante os governos militares. Em 2019, houve uma retomada de debates aclamando a volta desta disciplina para o currículo escolar possibilitando rediscutir a historicidade da disciplina EMC. Percebemos urgência em debater de forma crítica e analítica a historiografia da educação do Brasil partindo dos estudos do citado livro didático produzido pelo Ministério da Educação e Cultura para uso em sala de aula pela disciplina Educação Moral e Cívica e agregado a isto, analisar o Decreto-Lei nº 868/1969 que consolidaram a EMC como disciplina obrigatória nos espaços escolares durante a Ditadura Militar.

Quanto à metodologia para pesquisa, optou-se pela análise bibliográfica e qualitativa que nos permite a obtenção de dados com descrições detalhadas a fim de entender que tipo de modelo ideal de cidadão pretendia-se produzir. Concluimos que o livro didático moldava o cidadão brasileiro para ser subserviente ao Estado aos moldes do que evidenciada supracitado Decreto-Lei.

Os resultados de nossa pesquisa através deste trabalho de conclusão de curso revelam que a EMC teve um papel fundamental para mobilizar os ideários de um “Brasil Grande” de uma “revolução Cívica” que começou com estudos e atividades cívicas escolares que reconstruiu uma forma de pensar e agir subjetivamente para o bem comum centralizando em órgãos municipais, estaduais e federais, e tudo que se afastava do ideário do bem comum era considerado subversivo e censurado como propagandas e organizações trabalhistas e estudantis. A EMC foi revogada nos currículos escolares em 1993, entretanto as discussões acerca do papel da formação para a cidadania e a doutrina disciplinar através desta disciplina escolar ainda estão presentes na imprensa, na política e nas universidades, principalmente no mandado do ex-presidente Jair Bolsonaro que trouxe ao cerne do debate educacional a relevância do resgate como disciplina para os dias atuais, o que traz relevância social aos nossos estudos.

Dentro da disciplina EMC não havia espaço para pensar o diverso. Choppin (2004) afirma que “não é suficiente, no entanto, deter-se nas questões que se referem aos autores e ao que eles escrevem; é necessário também prestar atenção àquilo que eles silenciam, pois se o livro didático é um espelho, pode ser também uma tela”. O debate da desigualdade social ficou de fora das reflexões pensadas pelos autores dos materiais didáticos da disciplina, não se via a

valorização da cultura indígena, dos negros, da construção da singularidade de cada pessoa, do diverso como característica de um país miscigenado, dos direitos de acesso, permanência e igualdade nas escolas. Podemos evidenciar que o debate do racismo e das identidades plurais não assumiram posição estratégica dentro da citada disciplina.

Existe uma preocupação na urgência do tipo de Brasil que se propuseram a construir, que história querem contar, o que/quem querem deixar de fora do protagonismo da história do país. Os vultos da pátria, os monumentos, nomes em monumentos e praças só nos mostram que os personagens que se tornaram imortais são pessoas que viviam e morriam em nome da pátria, de uma falsa ideia de heroísmo e esta percepção era inculcada desde cedo nos educandos como estratégia psicossocial de como agir/reagir segundo o que o Estado espera.

A ditadura militar não permitia que a crítica, a ideia ao diferente fosse manifestada nos campos da sociedade de forma a validar somente os que estivessem dispostos a trabalhar pelo país, viver para o país e morrer pelo país ao mesmo tempo que era contada uma só história invisibilizando negros, indígenas, igualdade de gênero que não apareceram como elementos importantes na construção da história do país.

Vimos a democracia ser ameaçada no período de 2019 a 2022 com diversos discursos sobre a volta da EMC e as mudanças radicais que ocorreriam nos espaços escolares que pôs em xeque os direitos garantidos pela Constituinte de 1988, direitos à educação, à acessibilidade, a permanência das pessoas com deficiência e, principalmente, a liberdade de expressão e a singularidade do diverso. E pela verdadeira democracia – não as impostas no material didático como vimos no capítulo II –, mas a democracia do povo, do direito ao voto.

Podemos perceber um retrocesso imensurável na perspectiva educacional e que conteúdo por conteúdo não vai resolver o problema concreto da sociedade, não enxerga a grandeza de educar e mesmo após esses anos há uma disputa na memória da sociedade brasileira sobre quem merece ser lembrado e quem merece ser esquecido. Assim, a narrativa que querem conter é a desvirtuação da sociedade que precisa aprender com o passado e controlar os espaços públicos, sendo assim, o homem é doutrinado a partir da visão do mundo considerado pela moral, o que é correto, uma virtude de comportamento ético o homem tem que ter.

Em 2023, houve a recriação do Ministério da Igualdade Racial (MIR) e do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) durante o terceiro mandato do Governo Lula (2023-2026) para demarcar o lugar político dentro do ensino de História para que seja possível uma narrativa que demonstre diferentes perspectivas na construção do Brasil, reivindicando o direito à fala dos povos que foram excluídos do processo de construção de um país tão diverso.

A luta pelo poder do Estado sempre existiu nas sociedades e no Brasil não é diferente, sabemos das histórias que “mereciam ser contadas” e a cada dia sabemos um pouco mais das histórias que foram excluídas. A história oral é um campo recente que tem ganhado força dentro do espaço da história, saber mais sobre o que foi invisibilizado é primordial para que possamos deixar o legado de diferentes povos, perspectivas, vivências e conhecimentos para agregar ao diverso do Brasil. Choppin (2012) afirma que nos últimos 20 anos o interesse sobre material didático por parte dos historiadores aumentaram, por muito tempo foi negligenciado o estudo sobre as produções didáticas, pouco sabemos verdadeiramente sobre o que aconteceu no período militar (1964-1985). Nesse âmbito, o que sabemos é o que os dirigentes se propuseram a contar, ainda há muito o que descobrir, muitos historiadores embarcam na missão de redescobrir o passado e o que aconteceu em um período tão grande com poucas produções, e esta é uma jornada que me proponho a continuar pesquisando, para entender os reflexos destes ensinamentos cívicos e morais na sociedade até os dias atuais.

É importante que as gerações mais jovens conheçam essa parte sombria da história do Brasil para que possam valorizar e defender os princípios democráticos, os direitos humanos e a importância da participação política para evitar que eventos semelhantes aconteçam novamente. Defender um ensino de História democrático, plural e inclusivo é fundamental pois a História como mestra da vida nos ensina que o conhecimento e a compreensão de nosso passado são fundamentais para construir um futuro mais justo, igualitário e democrático para que não sejamos apenas subservientes do Estado. Ao lembrar dos erros do passado, podemos evitar repeti-los no presente e, assim, criar um futuro mais promissor para todos.

Por fim, cabe ressaltar que a ditadura militar construiu através do livro didático “Construindo o Brasil” (1970) uma história única, no entanto, sabemos que a sociedade brasileira é plural e diversa. Qual o lugar das sociedades indígenas no livro didático pesquisado? Qual o lugar das sociedades africanas no didático pesquisado? Já havia ocorrido a massificação da escola pública brasileira conforme nos apontam os estudos de História da Educação no Brasil. Os sujeitos que adentram na escola pública querem sua história contada e serem também lembrados. A diversidade social e cultural brasileira estava reivindicando no período da redemocratização o seu lugar na sociedade, no Estado e na escola, mas esse é um debate para outra discussão que pretendemos fazer para continuar nossos estudos a partir de livros didáticos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, V. **A educação moral e cívica: disciplina escolar e doutrina disciplinar** - Minas Gerais (1969-1993). 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.
- ALVES, D. Homem acomodado, inerte e domesticado: a disciplina Educação Moral e Cívica e sua intervenção social durante a ditadura militar brasileira (1969-1974). **Revista Diálogos Interdisciplinares**, 2022, p. 125-146.
- APPLE, M. W. O que os pós-modernistas esquecem: capital cultural e conhecimento oficial. *In*: GENTILI, Pablo A. A. SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Neoliberalismo, qualidade e Educação**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 179- 204.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo. Edições 70, 2011.
- BITTENCOURT, C. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BITTENCOURT, C. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. 127-149, maio 2018.
- BRASIL. **Decreto nº 68.065**, de 14 de janeiro de 1971. Legislação Informatizada – Decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971, Brasília, DF, jan. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68065-14-janeiro-1971-409991-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 869**, de 12 de setembro de 1969. Legislação Informatizada - Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, Brasília, DF, set 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Amplitude e desenvolvimento dos programas de educação moral e cívica em todos os níveis de ensino**. Brasília, 1970.
- CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.
- CHOPPIN, A. História do livro e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.
- CHOPPIN, A.; BASTOS, T. M. H. C. O historiador e o livro escolar. **Revista História da Educação**, v. 6, n. 11, p. 5–24, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30596>. Acesso em: 25 jul. 2023.
- FILGUEIRAS, J. O ensino de Educação Moral e Cívica e um novo modelo de cidadão. **XXIV Simpósio Nacional de História**, 2007.
- GALACHE, G.; ZANUY, F.; PIMENTEL, M. **Construindo o Brasil: Educação Moral, Cívica e Política**. São Paulo: Loyola, 1970.

- HONORATO, T.; GUSMÃO, D. Ideais de homem civilizado veiculados nos livros didáticos de educação moral e cívica na ditadura civil-militar. **História da Educação**, Santa Maria, v. 23, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/qR6cPBpCnkbPNbjyCdCJg9K/?lang=pt#>. Acesso em: 2 set. 2023.
- MARTINS, A. P. Thompson: cultura, história e educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 19, p. e019021, 2019.
- MATTOS, S. **O Brasil em lições**: a história como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo. Rio de Janeiro: Accés, 2000.
- MORAES, D. **Visualidade do livro didático no Brasil**: o design de capas e sua renovação nas décadas de 1970 e 1980. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- NASCIMENTO, T. A criação das licenciaturas curtas no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 45, p. 340 -346, mar. 2012.
- NEGRO, A. L.; SILVA, S. (org.). **E. P. Thompson**: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2012.
- NUNES, N.; REZENDE, M. **O ensino da educação moral e cívica durante a ditadura militar**. Disponível em: <https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/natalynunes.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.
- OLIVEIRA, M. A. T. de; RANZI, S. M. F. (org.). **História das disciplinas escolares no Brasil**: contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- PAVIANI, B. Educação Moral e Cívica na ditadura militar brasileira: uma tentativa de legitimação do poder (1969-1971). **Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”**, UFSC, Florianópolis, 11 a 14 de agosto de 2014.
- REIS, J. C. Os Annales: A Renovação Teórico-Methodológica e utópica da história pela reconstrução do tempo histórico. *In*: VÁRIOS AUTORES. **Escola dos Annales**: a inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 9-35.
- REZENDE, M. J. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade. 1964-1984. Londrina: UEL, 2001.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. v. 1.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Vozes, 2021.
- THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.
- WILLIAMS, R. **Cultura e sociedade**: de Coleridge a Orwell. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.